

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MARILENE MERCEDES SILVEIRA**

**O FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E  
EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: ESPAÇO DE  
GARANTIA DE DIREITOS?**

**FLORIANÓPOLIS/SC,  
2007/2**

**MARILENE MERCEDES SILVEIRA**

**O FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E  
EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: ESPAÇO DE  
GARANTIA DE DIREITOS?**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Cristiane Selma Claudino**

**FLORIANÓPOLIS/SC,  
2007/2**

**MARILENE MERCEDES SILVEIRA**

**O FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E  
EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: ESPAÇO DE  
GARANTIA DE DIREITOS?**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Cristiane Selma Claudino  
Orientadora

---

1<sup>a</sup> Examinadora  
Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Manoela Valença  
Prof<sup>ª</sup>. Departamento de Serviço Social – UFSC

---

2<sup>a</sup> Examinadora  
Ms. Kátia Carvalho Figueiredo  
Assistente Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Florianópolis)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, Aíde e Mercedes por estarem sempre comigo, me dando força em todos os momentos de minha vida, grande exemplo de vida e de luta. AMO MUITO VOCÊS!!!!!!!

Aos meus irmãos, Manoel, Maurício e Maureci, apesar de nossas diferenças tenho um carinho muito especial por vocês, nunca esqueçam!

Às minhas cunhadas obrigada por tudo.

Aos meus sobrinhos, tesouros de minha vida: Gean, Raul, Diogo, Eduarda, Douglas, Juliana e Renan, vocês são minha razão, amo vocês! Sem esquecer dos pimpolhos lindos, Vitor e Artur.

Aos meus colegas da Orsecon, que tornaram-se mais que colegas de profissão, amigos para a vida toda.

Agradeço à colega do Fórum Catarinense Luciana, e a minha supervisora de campo Eliane pela atenção e compreensão, aprendi muito com você, muito obrigada.

Aos professores da UFSC, que apesar dos percalços ocasionados por uma política que pretende o desmonte da universidade pública, vocês conseguiram me proporcionar um amplo leque de conhecimentos.

À minha orientadora Cristiane Selma Claudino, por sua paciência e atenção, adoro você, muito obrigada!

Muito obrigada, à professora Maria Manoela e Kátia Carvalho que prontamente se dispuseram a serem integrantes de minha banca.

Trago aqui um agradecimento especial as minhas AMIGONAS: Cristiane, Valéria, Suelen, Simone, Patrícia, Natalli, Solange e Giselle, obrigada pelo carinho, adoro vocês!!!

Às novas e antigas amigas(os) e colegas de curso de Serviço Social: Hellen, Edilaura, Dianês, Eliane, Jaqueline, Marielle, Scheila, Fernanda, Cíntia, Jarbas, enfim a todos que fizeram e fazem parte de minha vida acadêmica.

Não posso esquecer de agradecer aos meus colegas de forró: Marcão, Jair, Juliano, Marcelo, Mineirinho, Lindão e Vitor, obrigada pelo carinho e os momentos de alegrias! Além do meu primo adotivo André Luiz, nossas bagaceirices vão ficar pra sempre em minha memória, obrigada!

Aos Coordenadores Municipais que participaram da elaboração deste trabalho, contribuindo para que esta pesquisa desse certo.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para alcançar o objetivo final deste trabalho e na realização de um sonho.

Meu carinho sincero e MUITO OBRIGADA!!

## TENTE OUTRA VEZ

Veja!

Não diga que a canção está perdida  
Tenha fé em Deus, tenha fé na vida  
Tente outra vez!...

Beba! (Beba!)

Pois a água viva ainda ta na fonte  
(Tente outra vez!)  
Você tem dois pés para cruzar a ponte  
Nada acabou!  
Não! Não! Não!

Oh! Oh! Oh! Oh!

Tente!

Levante sua mão sedenta  
E recomece a andar não pense  
Que a cabeça agüenta se você parar  
Não! Não! Não!

Há uma voz que canta Uma voz que dança

Uma voz que gira (Gira!)

Bailando no ar

Uh! Uh! Uh!

Queira! (Queira!)

Basta ser sincero e desejar profundo  
Você será capaz de sacudir o mundo  
Vai!

Tente outra vez!

Tente! (Tente!)

E não diga que a vitória está perdida  
Se é de batalhas que se vive a vida  
Han!

Tente outra vez!... (Raul Seixas)

SILVEIRA, Marilene Mercedes. **O Fórum Catarinense pelo fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil: espaço de garantia de direitos?** 2007. 96f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo decifrar qual o nível de participação e articulação das Coordenações Municipais do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil (FCPFVESIJ) na maioria dos municípios Catarinenses. Em função disto, inicialmente traz aspectos referente à questão da violência e exploração sexual infanto-juvenil, demonstrando seus indícios e conseqüências. Apresenta também a questão da participação no combate à este fenômeno. E por último faz uma análise dos questionários aplicados junto aos Coordenadores Municipais do FCPFVESIJ. A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória de caráter quanti-qualitativo mediante aplicação de questionários, além da pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo deste trabalho é conhecer e analisar o nível de participação e articulação das Coordenações Municipais do FCPFVESIJ. Foi possível concluir que, com o passar dos anos o Fórum Catarinense, espaço para participação e mobilização, foi-se esvaziando; e o processo de mapeamento das atividades do FCPFVESIJ apontou ações fragmentadas e pontuais, por todo o Estado.

**Palavras chaves:** Participação/Articulação/ Violência/ Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

## LISTA DE SIGLAS

AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense  
AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios  
AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense  
AMOSOC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina  
AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani  
AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense  
AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense  
AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe  
AMURC – Associação dos Municípios da Região do Contestado  
AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense  
AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana  
AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
AMPLA – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense  
AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina  
AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu  
AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí  
AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna  
AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera  
AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social  
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes  
DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FCPFVESIJ – Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil  
GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Conseqüências físicas e psicológicas da violência sexual.....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro 2 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 1998 .....</b>	<b>42</b>
<b>Quadro 3 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 1999 .....</b>	<b>44</b>
<b>Quadro 4 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2000 .....</b>	<b>45</b>
<b>Quadro 5 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2003 .....</b>	<b>47</b>
<b>Quadro 6 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2004 .....</b>	<b>48</b>
<b>Quadro 7 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2005 .....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro 8 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2006 .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 9 – Participação das Coordenações em campanhas nos últimos nove anos de atuação do FCPFVESIJ .....</b>	<b>52</b>

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

<b>Figura 1 - Fluxograma organizacional do FCPFVESIJ .....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 2 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 1998 .....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 3 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 1999.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 4 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2000.....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 5 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2003.....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 6 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2004.....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 7 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2005.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 8 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2006.....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 1 – Número de participantes da Coordenação Municipal .....</b>	<b>59</b>
<b>Gráfico 2 - Número de participantes da sociedade civil que compõem a Coordenação Municipal ...</b>	<b>60</b>
<b>Gráfico 3 - Número de participantes do governo que compõem a Coordenação Municipal .....</b>	<b>61</b>
<b>Gráfico 4 - Grau de instrução dos participantes .....</b>	<b>62</b>
<b>Gráfico 5 - Periodicidade da capacitação dos participantes da Coordenação Municipal .....</b>	<b>63</b>
<b>Gráfico 6 - São realizadas reuniões? Qual a periodicidade? .....</b>	<b>66</b>
<b>Gráfico 7 - Infra-estrutura .....</b>	<b>68</b>
<b>Gráfico 8 - Entidades parceiras das Coordenações Municipais.....</b>	<b>69</b>
<b>Gráfico 9 - Articulação com as Coordenações Regionais .....</b>	<b>72</b>
<b>Gráfico 10 - Articulação com a Coordenação Geral .....</b>	<b>73</b>
<b>Gráfico 11 - Formas de realização das campanhas .....</b>	<b>74</b>
<b>Gráfico 12 - Outras atividades realizadas além das Campanhas Oficiais .....</b>	<b>75</b>

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	8
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	9
<b>LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS</b> .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA: UM PASSADO MUITO PRESENTE</b> .....	15
1.1 VIOLÊNCIA E SUAS INTERFACES COM A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	15
1.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL .....	19
1.3 EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL .....	22
1.4 CONSEQÜÊNCIAS DA VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL .....	27
1.5 ASPECTOS LEGAIS.....	29
1.6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO .....	31
<b>2 A CHAMADA PARA PARTICIPAÇÃO NO COMBATE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL</b> .....	35
2.1 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO .....	35
2.2 FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL .....	38
2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL .....	53
<b>3 CONHECENDO AS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS E SUA ATUAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL</b> .....	56
3.1 APRESENTANDO O CAMINHO METODOLÓGICO E O SUJEITO DA PESQUISA .....	56
3.2 CONHECENDO AS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS COORDENADORES .....	58
<b>3.2.1 Dinâmica de funcionamento das Coordenações Municipais</b> .....	66
3.3 ARTICULAÇÃO ENTRE AS COORDENAÇÕES (GERAL, REGIONAL E MUNICIPAL) .....	71
3.4 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DAS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	77
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
<b>APÊNDICE</b> .....	84
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES MUNICIPAIS DO FCPFVESIJ .....	84
<b>ANEXOS</b> .....	88
ANEXO A – REGIMENTO INTERNO DO FCPFVESIJ .....	89
ANEXO B – RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DE CADA ASSOCIAÇÃO .....	94

## INTRODUÇÃO

A violência e exploração sexual infanto-juvenil são fatos que merecem atenção de todos, pois, tratam-se de fenômenos que perpassam por vários segmentos da sociedade, não respeitando raça, cor, credo, religião ou classe social, alastrando-se silencioso e transfigurando papéis sociais, trazendo conseqüências físicas e emocionais que podem durar por toda a vida.

O combate à este crime conseguiu ganhar visibilidade nos últimos anos no Brasil, porém, ainda falta a articulação de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Frente a complexidade desta problemática vários atores devem estar articulados para auxiliar no combate a violência e exploração sexual infanto-juvenil, lutando pela garantia de direitos das crianças e adolescentes, confirmando a importância destes sujeitos como prioridade absoluta, e garantindo o desenvolvimento de seres humanos mais dignos e saudáveis.

O Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil enquanto espaço de discussão, enfrenta esta problemática, buscando a conscientização de todos sobre este fenômeno, esclarecendo de que a violência sexual ocorre tanto na rua quanto no lar, promovendo ações de denúncias buscando sua canalização para os organismos competentes, articulando com a mídia visando a realização de campanhas para aumentar a consciência social e capacitando educadores e profissionais da rede de atendimento de crianças e adolescentes para a identificação destes casos.

O art. 15 do Capítulo IV do Regimento Interno desta entidade nos traz: “Art. 15 – O Fórum é composto de uma Coordenação Estadual, de 21 (vinte e uma) Coordenações Regionais e de Coordenações Municipais, com dois a cinco coordenadores por cada coordenação”.

Consta atualmente nos registros da Coordenação Estadual do Fórum 248 Coordenações Municipais, porém através de levantamento de dados chegou-se ao conhecimento que destas, apenas 50 (cinquenta) possuem informações atualizadas junto ao FCPFVESIJ. Desta forma a acadêmica no decorrer do estágio curricular obrigatório no FCPFVESIJ pode observar e identificar através deste levantamento a falta de representação desta entidade dentro dos municípios, ou seja, houve a implantação do FCPFVESIJ, porém, atualmente em vários municípios do Estado não se encontra em funcionamento. Constatou-se também a desatualização de dados dos representantes/membros dos Fóruns.

Diante do exposto, vê-se a necessidade de conhecer a realidade do FCPFVESIJ nos

municípios Catarinenses, identificar as formas de representações existentes até o momento, e finalmente contribuir com o desenvolvimento de ações concretas com base em uma maior aproximação da realidade.

A partir desta realidade identificamos a necessidade de entrar em contato com as Coordenações Municipais atuantes na busca de informações atualizadas acerca da participação, funcionamento, articulação e dinâmica interna destes Fóruns, e dentro deste contexto constituiu-se como objeto do presente estudo: qual o nível de participação e articulação das Coordenações Municipais que compõem o FCPFVESIJ?

Traçado o objeto de estudo, definiu-se os objetivos do presente estudo:

**Geral:** Conhecer e analisar o nível de participação e articulação das Coordenações Municipais do FCPFVESIJ.

**Específicos:**

1. Conhecer a atual composição das Coordenações Municipais;
2. Verificar as atuais ações desenvolvidas pelas Coordenações Municipais;
3. Identificar a dinâmica de funcionamento das Coordenações Municipais;
4. Identificar a existência, ou não, de articulação entre as Coordenações Municipais com as Coordenações Regionais;
5. Identificar a existência, ou não, de articulação entre as Coordenações Municipais com a Coordenação Geral;
6. Avaliar a atuação das Coordenações Municipais frente ao Regimento Interno do FCPFVESIJ.

Para alcançar estes objetivos, foi traçado como caminho metodológico, uma pesquisa exploratória de caráter quanti-qualitativo, através da aplicação de questionários com questões abertas e fechadas, aos 50 Coordenadores Municipais, além de uma pesquisa bibliográfica para auxiliar na fundamentação deste trabalho, e também uma pesquisa documental que deu-se através da utilização de documentos do FCPFVESIJ como, Regimento Interno, atas e documentos de campanhas realizadas pelas Coordenações Regionais e Municipais.

A primeira seção traz um resgate histórico da infância; conceitos sobre violência; a violência e exploração sexual infanto-juvenil suas conseqüências; os aspectos legais além das medidas de proteção da criança e adolescente, embasados na literatura sobre a temática.

A segunda seção traz a questão da participação da sociedade civil neste espaço, trazendo alguns autores que abordam o assunto; o histórico do FCPFVESIJ com a avaliação de sua atuação nos últimos nove anos, verificados através da participação das Coordenações Regionais.

A terceira e última seção, traz a análise do questionário aplicado com os Coordenadores Municipais. O resultado possibilitou um maior conhecimento acerca dos Coordenadores Municipais e das Coordenações Municipais, e sua dinâmica de funcionamento; a articulação entre as Coordenações (Estadual, Regional e Municipal); as formas de atuação das Coordenações Municipais no combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil.

E por último, tecemos algumas considerações apontando indicações conclusivas com base em todo referencial teórico estudado, e a pesquisa realizada, bem como algumas proposições com o intuito de contribuir para futuras ações ao FCPFVESIJ.

## 1 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA: UM PASSADO MUITO PRESENTE

### 1.1 VIOLÊNCIA E SUAS INTERFACES COM A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Vivemos em uma sociedade onde as pessoas estão sendo influenciadas pelo consumismo exacerbado estabelecendo valores, sentimentos, crenças e relações baseadas muito mais naquilo que se tem do que naquilo que se é.

E dentro deste contexto algo está se sobressaindo, ou seja, a banalização da violência que mascara sua manifestação nas mais diversas formas sutis e grosseiras expressões do dia-a-dia, que segundo Costa (1999 apud LUCIANETTI, 2004) encontram-se no interior da família, nas ruas, nos atendimentos precários à saúde, no trabalho, na escola, na violência policial, nas condições de miserabilidade das moradias. Situações que demonstram que mesmo com o advento da modernidade, a violência perpassa todas as áreas de vida do ser humano (pessoal e psicológica).

Mas o que é violência? O termo deriva do latim *violentia*<sup>1</sup> (que por sua vez o amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente, acrescentando-se a isto a coação ou coerção psicológica.

O conceito de violência para Chauí (1985, p. 35) é:

Como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão, e também como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Já para Guerra (2001 apud LUCIANETTI, 2004, p. 31), a violência é:

[...] uma forma de relação social, inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência (...) seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, a sua coisificação. A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade e a vida. É uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, a surpresa e a anulação.

A violência não pode ser analisada como um fator isolado, ela é um fenômeno multicausal, e histórico, e perceptível desde o início do mundo, é muito mais presente do que imaginamos, pois se trata não somente de imposição de força física. A violência está na falta

---

<sup>1</sup> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia> Acesso em agosto 2007.

de acesso à educação, à saúde, à moradia, ao emprego digno, além da falta de respeito dos nossos governantes ao serem flagrados por desvio de verbas, corrupção, superfaturamento de obras, e envolvimento com tráfico de entorpecentes resultando assim, por parte da população, em uma falta de credibilidade para com estes sujeitos.

Não obstante, vemos como consequência disto o desemprego, o desrespeito, a insegurança, e o aglomeramento de pessoas nos chamados bolsões de pobreza. É nítida a preocupação que se tem hoje em dia com a contenção da violência enviando o Estado (policiais) nas favelas, demonstrando para a sociedade que este local é o berço<sup>2</sup> da violência, o que não é verdade, pois se trata de moradores vítimas de uma violência perversa resultado de uma má distribuição de riquezas, fato este já muito antigo em nossa sociedade.

Podemos perceber que resultante desta imposição por parte do Estado temos o preconceito, ou seja, mais uma forma de manifestação deste mal. São cidadãos que moram neste local e tem sua vida marcada por fazerem parte de um ambiente onde a violência é veiculada a todo momento, sendo transmitida principalmente pelos meios de comunicação em massa, fazendo-nos acreditar então que nada mais temos do que uma bola de neve que vai aumentando cada vez mais.

A organização social estimula, legítima e mantém diferentes formas de violência, face a isto a falta de acesso aos bens e serviços necessários para a sobrevivência, resultando em conflitos e desavenças no ambiente familiar, trazendo danos enormes aos seus componentes, sendo que os mais atingidos com isto são as crianças e os adolescentes, pois tratam-se de sujeitos em fase de desenvolvimento peculiar, e que hoje deveriam ser tratados como prioridade absoluta.

Estes sujeitos sofreram ao longo da história com agressões e violência de diversas maneiras, hoje podemos distinguir o mundo do adulto e da criança, cada qual com suas características e especificidades, porém não foi sempre assim, segundo DeMause (1975 apud FALEIROS; FALEIROS, 2007) quanto mais regressamos em nossa história, torna-se perceptível que os cuidados para com as crianças era cada vez menor, pois o risco de terem sido assassinadas, abusadas sexualmente e aterrorizadas é cada vez maior.

Dentro desta perspectiva, a violência contra crianças era naturalizada já desde antes de Cristo através do chamado infanticídio<sup>3</sup>, que muitas vezes era usado para regular a oferta de comida à população. “Eliminando-se crianças, diminuía-se a população e se gerava um pseudocontrole administrativo por parte dos governantes” (WIKIPEDIA, 2006 apud

---

<sup>2</sup> Berço: procedência, origem – Atual Dicionário Brasileiro Rideel

<sup>3</sup> Morte dada voluntariamente a uma criança, a um recém nascido - Atual Dicionário Brasileiro Rideel



MULLER, 2007, p. 32).

Mas não era somente sob este aspecto que o infanticídio era adotado, haviam outros critérios além da regulação de oferta de comida à população, dentre eles conforme Sorano (93 a.C. – 138 d.C.), citado por DeMouse (1991 apud MULLER, 2007), a criança que fosse imperfeita, ou que chorasse muito ou pouco, ou que não se adequasse aos descritos nas “obras genealógicas”, provavelmente seu fim seria a morte.

Segundo Áries (1981) até o século XII não havia representação da infância na arte medieval, provavelmente não havia lugar para a infância. No final do século XIII as crianças eram retratadas, através das pinturas, como um adulto reduzido, porém nunca representando a imagem corporal da criança.

A partir do século XVI a criança começa a ser tratada de forma diferente, de acordo com Muller (2007), a família, a Igreja e o Estado começam a ter atitudes diferentes com as crianças, sendo que os intelectuais moralistas e depois os médicos auxiliaram para difusão de novas idéias sobre a infância, e como consequência a vida das crianças foi melhorando nos aspectos de proteção e cuidado.

Apesar disto o reconhecimento da infância não era vê-lo como fase no processo de formação do ser humano, mas sim devia-se criar crianças dentro da moral e do bom costume da época para que fossem formados homens e mulheres de acordo com os preceitos estabelecidos pela sociedade.

Muller (2007) destaca que a Igreja compartilhava desta visão, pois tinha as crianças como semelhança dos anjos e por isso deviam ser guiadas pelo caminho do bem seguindo os seus preceitos, sendo que a partir do batismo, as crianças estavam perdoadas do pecado original e, portanto, prontas para viver tornando-se homens honrados cristãos, fator ideal para a perpetuação do poder ideológico da Igreja.

Diante de tantas transformações sociais, culturais, e econômicas podemos perceber o quão necessária se faz situar a questão da infância em nossa sociedade.

Deste modo cabe salientar, que alguns autores utilizam a terminologia criança para pessoas até 18 anos, inclusive a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, conforme seu artigo 1º: “Para efeitos da presente convenção, considera-se como criança todo ser humano menor de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) faz uma distinção entre criança e adolescente, conforme seu artigo 2º:

Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de

idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Consideramos que a história da adolescência está muito ligada à da criança, pois também não era reconhecida como fase de desenvolvimento especial, e que segundo Áries (1981, p. 41) “até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância”. Mas afinal o que é adolescência? A adolescência<sup>4</sup> é uma fase do desenvolvimento psicológico e físico do ser humano, entre a infância e a maturidade plena. O adolescente, em geral, ainda não consegue firmar-se emocional e economicamente na sociedade. A adolescência engloba a pré-adolescência (10 aos 15 anos de idade), a adolescência propriamente dita (15 aos 20 anos) e a pós-adolescência (21 aos 26 anos).

Deste modo os cuidados, o acompanhamento e o processo educativo devem ser continuados, visto que esta fase é marcada por intensas transformações, sejam elas biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

É um período de turbulências, da descoberta do seu eu, o fato de não ser nem criança nem adulto trazem grandes expectativas para o adolescente, a perspectiva de adquirir responsabilidades, são novas relações existindo, novas informações sendo absorvidas, e um turbilhão de idéias, além de, segundo Cohen (2005, p. 8):

A vivência da adolescência não fica restrita apenas àqueles que a estão atravessando, mas, de certa forma e medida, alcança toda a família e, assim, essa passagem pode ser mais suave, mais tranqüila ou mais tortuosa e traumática. A preparação para a adolescência deve começar muito cedo, na forma com que os pais vivenciam a infância dos filhos, na qualidade dos contatos e relacionamentos estabelecidos e, especialmente, no ambiente construído em termos afetivo-emocionais.

Embora as crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos com legislação específica e tendo seus direitos garantidos através do art. 227<sup>5</sup> da Constituição Federal de 1988, ratificados através da Lei n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, percebemos que ainda há muito que se fazer para modificar a situação de vulnerabilidade em que estes sujeitos encontram-se, e por este motivo faz-se necessário abordar a temática da violência nesta etapa

<sup>4</sup>[http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&defl=pt&q=define:Adolesc%C3%AAncia&sa=X&oi=glossary\\_definition&ct=title](http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&lr=lang_pt&defl=pt&q=define:Adolesc%C3%AAncia&sa=X&oi=glossary_definition&ct=title) – Acesso em Agosto 2007

<sup>5</sup> Art. 227/CF88- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

do desenvolvimento humano.

A violência contra crianças e adolescentes perpassa por toda a sociedade, se manifestando de diferentes formas, como a violência física, psicológica, a negligência, o preconceito, a exclusão social, a humilhação, o abuso de poder, entre outras, contudo neste estudo centraremos o foco na violência sexual.

## 1.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

A violência sexual infanto-juvenil é um fato que merece a atenção de todos os segmentos da sociedade, pois é um fenômeno que traz conseqüências que podem marcar a vida da criança e do adolescente, atingindo as diversas classes sociais, etnias, raças, credo, perpetuando em pleno século XXI, sendo que tratar da temática sexo em nossa sociedade ainda é considerado um tabu.

Algumas bibliografias utilizam o termo abuso sexual<sup>6</sup>, porém há críticas para utilização deste, pois conforme Faleiros (2000, p. 06) “no mesmo estaria implícito que há um uso (sexual) permitido de crianças e adolescentes por adultos”. Porém há aqueles que utilizam-no, conforme Ravazzola (1997 apud FALEIROS, 2000, p. 6):

[...] O abuso refere-se a um estilo, a um padrão, a uma forma de tratamento que uma pessoa exerce sobre outra, sobre si mesma ou sobre objetos, com a característica de que não percebe que produz danos [...] Quem exerce abuso não aprende a regular, a medir, a dizer, a escutar e respeitar mensagens de si mesmo e do outro...; ou encontra-se em contextos nos quais estas aprendizagens foram esquecidas, se diluíram ou perderam força.

Para Faleiros (2000, p. 7):

[...] o abuso sexual deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas.

Dentro deste contexto trazemos o conceito de violência sexual para Azevedo e Guerra (1989, p. 42):

[...] todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um

---

<sup>6</sup> Neste trabalho utilizaremos a terminologia violência sexual por entendermos ser a mais adequada para definição e debate do fenômeno.

ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utiliza-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

A violência sexual se manifesta:

- a) com contato físico (carícias erotizadas, consumação do ato sexual, seja este anal, vaginal ou oral, atentado violento ao pudor);
- b) sem contato físico (voyeurismo<sup>7</sup>, exposição indevida, assédio);
- c) com força física (estupro, agressões e até assassinato);
- d) intra-familiar (incestuosa);
- e) extra-familiar;
- f) exploração sexual infanto-juvenil.

Cabe salientar que a maioria dos casos de violência sexual ocorre no ambiente intra-familiar, classificando-a como incestuosa, transfigurando-se assim em uma forma cruel e desumana, pois espera-se deste local um ambiente de proteção e carinho. Em concordância com Azevedo e Guerra (1989, p. 42), incesto é: “[...] toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela seja uma relação de consangüinidade seja de afinidade ou de mera responsabilidade”.

Além desta classificação, temos também a não incestuosa, ou seja, extra-familiar, que segundo Faleiros (2000, p. 15): “É não incestuosa quando perpetrada por pessoas conhecidas do vitimizado, com grau de intimidade variada, como amigos, vizinhos, religiosos, comerciantes do bairro, profissionais e professores”.

Vivemos em uma cultura machista que é percebida através do papel histórico que a mulher tem em nossa sociedade, pois é vista muitas vezes como culpada de ser violentada sexualmente, acusada de seduzir o homem, argumento este utilizado para os casos de violência sexual contra as adolescentes. Além de adultocêntrica, onde identificamos como o poder que o adulto exerce sobre a criança ou adolescente.

Em vista disto, em nosso meio social, tem-se o hábito de ver a vítima em dois extremos: ou como eterna refém da violência e de suas conseqüências, ou como co-autora e, portanto culpada pela situação de violação a que foi submetida.

---

<sup>7</sup> Voyeurismo envolve o ato de observar indivíduos, geralmente estranhos, sem suspeitar que estão sendo observados, que estão nus, a se despirem ou em atividade sexual. O ato de observar ("espionar") serve à finalidade de obter excitação sexual, e geralmente não é tentada qualquer atividade sexual com a pessoa observada. O orgasmo, em geral produzido pela masturbação, pode ocorrer durante o Voyeurismo ou mais tarde, em resposta à recordação do que o indivíduo testemunhou. Frequentemente, esses indivíduos fantasiam uma experiência sexual com a pessoa observada, mas isto raramente ocorre na realidade. Em sua forma severa, o ato de espionar constitui uma forma exclusiva de atividade sexual. O início do comportamento voyeurista geralmente ocorre antes dos 15 anos. O curso tende a ser crônico. <http://www.sexualidadevida.com.br/voyeurismo.php> - acesso em Agosto 2007

Outro agravante é a perpetuação do silêncio da vítima, realizada por meio de ameaças do agressor, e nos casos onde a violência ocorre no ambiente intra-familiar, este silêncio é mais fácil de prosseguir, visto que o agressor conhece todos os pontos fracos da vítima, facilitando assim sua ação.

Diante do exposto, Azevedo e Guerra (2001) nos trazem algumas características destas famílias incestuosas como: “rígidas”, ou seja, são pais que não se adaptam as mudanças; e “caóticas”, ou seja, pais que não possuem regras pré-estabelecidas. Por este motivo o segredo serve de estratégia para manter essas relações em funcionamento, fazendo assim com que as vítimas acreditem que devem “pagar com seu corpo, o preço pela manutenção da família unida”.

Neste ambiente intra-familiar (incestuosa) Faleiros (2000) ressalta que este tipo de violência “repetitiva, de longa duração, oculta” ocorre devido a convivência da família em muitos casos, e também pelo domínio que o violentador exerce.

Furniss (1993) e Perrone/Nannini (1995 apud FALEIROS, 2000), identificam que nos casos de violência sexual acontece uma espécie de “enfeitiçamento” das vítimas, pois estas se vêem envolvidas de tal forma que não sabem como sair, fazendo com que seus sentimentos se confundam, e permanecendo como se estivessem anestesiadas. Este ritual se mantém devido as formas muito peculiares de comunicação e chantagem que o agressor se utiliza.

Diante disto, percebemos que além das diversas conseqüências que esta forma de violência traz, a criança e/ou adolescente vê os papéis sociais serem transfigurados, ou seja, dentro desta relação não percebem mais qual é o seu papel e de quem está violentando, pois conforme Faleiros (2007):

- a) desfigura as relações entre adultos e crianças/adolescentes transformando-as em relações sexualizadas;
- b) as vítimas confundem os papéis dos adultos, transformando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando agressores; o adulto perde sua legitimidade de autoridade, seu papel e função social;
- c) as relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente são trocadas, pois onde deveria se encontrar proteção encontra-se negligência; no lugar de afetividade encontra-se agressividade.

Não existe um perfil para identificar o agressor sexual, porém, há bibliografias que indicam dois tipos do(a) possível agressor(a), classificando-o como agressor sexual situacional e agressor sexual preferencial, sendo que Azevedo e Guerra (2001) identificam o

Agressor Sexual Situacional como um agressor incestuoso (especialmente pai/padrasto) daqueles que abusam de seus próprios filhos, contudo não tem preferência por crianças, mas pode se envolver com elas por diversos fatores como: stress, curiosidade, vingança, insegurança, etc.

O Agressor Sexual Preferencial tem preferência em fazer sexo com crianças, e este tipo de agressor é denominado pela literatura especializada como Pedófilo. Este é um diagnóstico psiquiátrico, ou seja, o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III)* da *American Psychiatric Association* define Pedofilia como o ato ou fantasia de envolver-se em atividade sexual com crianças pré-púberes como método exclusivo ou repetidamente preferido de conseguir excitação sexual. Seu problema não é somente o foco em crianças, mas a quantidade, pois tem necessidade de fazer sexo com frequência e repetido com as mesmas.

Diante do exposto até o momento, seguiremos dentro desta perspectiva de violência sexual infanto-juvenil, dando destaque a outra forma de manifestação deste mal, a exploração sexual infanto-juvenil, que também expõe a criança e o adolescente a uma seqüência de violação de direitos.

### 1.3 EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Inicialmente, é interessante destacar um pouco do histórico da prostituição, com o objetivo de explicar como se deu seu processo histórico, que foi encarada de várias formas ao longo dos anos. Na antigüidade<sup>8</sup>, as meninas quando atingiam a puberdade praticavam a prostituição como espécie de ritual de iniciação. Na região da Mesopotâmia e na Grécia, no antigo Egito, consideradas grandes sacerdotisas as prostitutas recebiam presentes e honras de verdadeiras divindades em troca de favores sexuais. Já na época em que a Grécia e a Roma, polarizaram o domínio cultural, as prostitutas eram admiradas, porém tinham que pagar imposto para o Estado para exercerem sua profissão, além de utilizarem roupas que as identificassem, casos contrários, eram severamente punidas.

Impulsionada em parte pela moral cristã, e também pelo surto de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, houve uma tentativa massiva de eliminar a prostituição,

---

<sup>8</sup> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Prostitui%C3%A7%C3%A3o> – acesso em Agosto de 2007

durante a Idade Média. Em contrapartida houve o culto ao casamento cortês, onde estes eram arranjados por interesse (que por si só poderia ser considerado prostituição). Com a Reforma Religiosa no século XVI, a Igreja Católica e as protestantes que surgiam, a prostituição foi sendo relegada a uma posição de clandestinidade.

Houve um crescimento na prostituição com o advento da Revolução Industrial, pois as mulheres somaram-se à força de trabalho, onde as condições eram muitas vezes desumanas, fazendo com que as mulheres se prostituíssem em troca de favores dos patrões e capatazes, expandindo novamente a prostituição e levando inclusive ao tráfico de mulheres.

Podemos perceber que a prostituição tomou vários aspectos no decorrer da história, trazendo inclusive como uma de suas conseqüências a exploração sexual que segundo Leal e Leal (apud FALEIROS, 2007, p. 39) é definido como:

Uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

Ainda dentro desta perspectiva Silva, Senna e Kassar (2005, p. 36) nos trazem o conceito como:

[...] exploração sexual comercial de crianças e adolescentes refere-se ao processo de tirar proveito sexual de pessoas com menos de 18 anos. A utilização da criança/adolescente como objeto sexual ocorre como uma relação de exploração de trabalho (formalizado ou não). Este é um aspecto que diferencia a exploração sexual comercial do abuso sexual, quando a relação de mercado (sexo como valor de troca) não existe.

A exploração sexual é um fenômeno multifário, sendo que podemos destacar, a pobreza, a exclusão social, determinantes históricos, culturais, e territoriais, além de se manifestar de diferentes formas como, a prostituição, a pornografia, o turismo sexual e o tráfico de pessoas para fins sexuais.

Apesar de a prostituição ser uma das formas de exploração sexual, muitos ainda questionam-se a respeito da utilização deste quando praticada por crianças e adolescentes, visto que são sujeitos em fase de desenvolvimento peculiar, acordando assim com Silva, Senna e Kassar (2005, p. 103): “Crianças e adolescentes, por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social, são considerados prostituídos e não prostitutas”.

Segundo os Fundamentos e Políticas Contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes<sup>9</sup>, documento resultante de pesquisa e estudo realizados pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), com o apoio da

<sup>9</sup> [http://www.cecria.org.br/pub/livro\\_fund\\_e\\_politicas\\_publicacoes.pdf](http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.pdf) - Acesso em setembro de 2007

Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente/Ministério da Justiça do Brasil, há cinco dimensões concretas de como este fenômeno se manifesta e se articula com as atividades econômicas no contexto em que se desenvolvem e aparecem:

- **Primeiro:** o que faz valer a expulsão de crianças e adolescentes para as ruas e a prostituição, é o abuso sexual incestuoso;
- **Segundo:** nos locais onde há mercado regionalizado com atividades econômicas extrativistas, favorece para a exploração de crianças e adolescentes em prostíbulos fechados;
- **Terceiro:** a violência que crianças e adolescentes em situação de rua sofrem;
- **Quarto:** as regiões litorâneas de intensa atividade turística, facilitam o turismo sexual e a pornografia;
- **Quinto:** o turismo náutico que ocorre nas regiões banhadas por rios navegáveis da região Norte, fronteira e zonas portuárias, facilita a comercialização do corpo de crianças e adolescentes para atender à tripulação de navios cargueiros, aos turistas e à população ribeirinha.

Um dos principais fatores que levam à exploração sexual ainda é a pobreza e a exclusão, levando crianças e adolescentes à tornarem-se grupos vulneráveis buscando então outras alternativas de auxiliar na renda familiar. Temos ainda a mídia como outro fator determinante para esta prática, pois a partir do momento em que somos a todo instante alvejados por propagandas de grifes e marcas famosas, isto conseqüentemente atinge várias classes sociais, onde crianças e adolescentes se vendo impossibilitados de adquirirem tal produto recorrem à um meio que pensam ser mais fácil, vendendo seu corpo para poderem possuir determinado produto, assim sendo conforme Nepomuceno (1999, p. 361): “ A mídia criou um modelo de adolescente que usa determinadas grifes ou consome certos produtos os quais estão longe do acesso de muitas adolescentes, mesmo de classe média.”

Ainda dentro deste aspecto, este fenômeno traz consigo a questão das drogas, meio utilizado por muitos para se sentirem alienados desta triste realidade ao qual se deparam, pois ao serem explorados sexualmente muitas crianças/adolescentes utilizam-se deste método para conseguirem enfrentar situações das quais jamais imaginariam passar, e dentro deste ciclo vicioso, estes sujeitos tornam-se dependentes das drogas, fazendo com que o que antes era um meio para conseguir manter-se firme perante a situação da exploração sexual, agora esta tornou-se uma forma de ter acesso à drogadização.

Com os avanços da internet, dos meios de comunicação em massa, e a liberalização



sexual, a comercialização do sexo tornou-se algo muito lucrativo, pois conforme Faleiros (2007), o mercado do sexo, na maioria dos casos, atua na clandestinidade, e isto facilita sua lucratividade, pois muitos são os produtos oferecidos como: shows eróticos, pessoas, fotos, objetos, revistas, filmes pornográficos e vídeos. O sexo com os jovens possui alto valor comercial.

Além disso, não podemos deixar de mencionar o aspecto da territorialidade, ou seja, possuímos dentro de nosso país territórios com as mais variadas culturas, e aspectos sócio-econômico-político, o que em alguns lugares se torna um facilitador para a atuação dos exploradores sexuais, que de acordo com Nepomuceno (1999) a violência e exploração sexual contra meninos e meninas são ainda mais perigosas nas regiões de difícil acesso, como o Norte do país, e em garimpos da Amazônia, onde estes são mantidos em prostíbulos fechados, ocorrendo inclusive cárcere privado, a venda, o leilão e o espancamento até a morte, de crianças e adolescentes que não atendem aos desejos de seus rufiões.

Ainda dentro desta perspectiva, Faleiros (2000) nos traz que no Brasil, nas cidades onde ocorreu o desenvolvimento do turismo, favoreceu para o sexo turismo; ainda há mulheres escravizadas em bordéis próximos as atividades econômicas primárias de extração (garimpos); em grandes centros, como em Brasília, há a oferta de “acompanhantes” de executivos; nos portos encontra-se o turismo náutico, além dos bordéis. Percebe-se, também, que onde há a presença de importantes contingentes de população masculina necessitando “ser servida sexualmente”, facilita o aparecimento de várias empresas do ramo do sexo.

Alguns estudiosos debruçam-se em estudos e pesquisas sobre o fenômeno, onde daremos destaque a pesquisa realizada na região de Corumbá/MS, local com grande índice de exploração sexual e propensão para ocorrência deste mal, pois conforme Silva, Senna e Kassar (2005) as dificuldades econômicas são perceptíveis nas condições de precariedade da maioria da população e manifesta-se na presença de um número elevado de crianças e adolescentes em “situação de risco”.

Ainda dentro da pesquisa mencionada anteriormente, outro agravante se faz presente, ou seja, muitos jovens que eram explorados sexualmente, não se viam em tal situação, conforme nos traz Silva, Senna e Kassar (2005, p. 41):

Dos 11 adolescentes abordados, 10 foram do sexo feminino e 1 do sexo masculino. De todos, uma menina se diz maior de idade (com 21 anos), identifica-se como ‘garota de programa’ e não vê isso como uma situação de exploração. Dos outros sujeitos que disseram (e aparentaram) ter menos de 18 anos (idades entre 12 e 17), cinco não se identificaram em ‘situação de exploração sexual comercial’, duas se identificaram como ‘garota de

programas', mas não vêm como uma situação de 'risco' ou exploração e três se identificaram com a situação e esclareceram não gostar dessa posição.

Nota-se este fator como alarmante, pois segundo algumas entrevistas, o fato de não possuir um contrato ou algo mais formal corrobora para tal situação, entrando assim em consonância com Silva, Senna e Kassar (2005, p. 44-45):

Através dos depoimentos é possível inferir que a existência da remuneração financeira e de um 'contrato', mesmo que informal, pode ser um aspecto determinante para a identificação, pelo adolescente, da situação de exploração. A (F, 15)<sup>10</sup>, que se vê como uma 'garota de programa', pode corroborar para essa hipótese, quando diz que: 'às vezes eles não davam dinheiro, mas davam perfumes... geralmente importados... mas isso só depois de muito tempo que me conheciam...'. Essa última frase pode indicar que os 'presentes', e não o dinheiro em espécie, aparecem quando já há um 'contrato anterior' (já eram 'clientes').

Diante do exposto, podemos perceber que as considerações pertinentes tornam-se um dificultador para o processo de intervenção em tal situação.

Outro aspecto da exploração sexual infanto-juvenil é a pornografia, que segundo Faleiros (2007, p. 41-42):

Trata-se da produção, exibição (divulgação), distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico. A pornografia encontra-se presente não só em material normalmente considerado pornográfico (fotos, vídeos, revistas, espetáculos), mas também na literatura, fotografia, publicidade, cinema, quando apresentam ou descrevem com claro caráter pedófilo situações envolvendo crianças desejadas, expostas e usadas sexualmente por adultos.

Ainda nesta perspectiva, a pornografia na internet tornou-se um dos graves problemas que o Brasil se depara, visto que a facilidade de acesso à rede, e a dificuldade de rastrear este tipo de crime, que envolve desde amadores até redes criminosas internacionais, leva a mobilização de toda a sociedade no combate a este fenômeno, que conforme Faleiros (2007) trata-se de um crime cibernético, onde seu combate se defronta com grandes dificuldades operacionais e legais. No Brasil, têm-se o agravante de possuímos uma legislação vigente deficitária, dificultando assim a ação da Polícia Federal e a Interpol.

Além disto, o Brasil é considerado um país turístico, facilitando assim a manifestação de mais uma forma de exploração sexual, o turismo sexual que segundo Faleiros (2007, p. 43): "É o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros e,

---

<sup>10</sup> Quando necessário, os sujeitos-adolescentes serão identificados por letras maiúsculas (A, B, C,...), e entre parênteses o sexo (F para feminino ou M para masculino) e a idade declarada.

principalmente, mulheres jovens, de setores pobres e excluídos, de países de Terceiro Mundo”.

O turismo sexual está muito ligado às redes de turismo geral em nosso país, muitas vezes estes serviços estão incluídos em pacotes de agências de viagens, envolvendo profissionais como: guias turísticos, porteiros, garçons, taxistas, entre outros. Além do envolvimento de empresas dos mais variados ramos, como: agências de viagem, hotéis, restaurantes, bares, barracas de praias, boates, casas de show, etc. (FALEIROS, 2007).

Assim sendo, outra forma de manifestação da exploração, se não a mais cruel, se dá através do tráfico de pessoas para fins sexuais, que de acordo com a Assembléia das Nações Unidas (1994 apud FALEIROS, 2007, p. 44), conceituou como:

[...] o movimento clandestino e ilícito de pessoas através de fronteiras nacionais, principalmente dos países em desenvolvimento e de alguns países com economias em transição, com o objetivo de forçar mulheres e adolescentes a entrar em situações sexualmente ou economicamente opressoras e exploradoras, para lucro dos aliciadores, traficantes e crime organizado ou para outras atividades (por exemplo, trabalho doméstico forçado, emprego ilegal e falsa adoção).

Faleiros (2007) afirma que muitas jovens são induzidas através de falsas propagandas, como a possibilidade de se tornar modelo, sucesso profissional, trabalho muito bem remunerado, e se deparam com trabalhos muitas vezes escravos. E isto se dá de forma muito sutil, pois as redes de tráfico são muito bem articuladas, utilizando-se de nomes de fantasias para esconder seu verdadeiro objeto, como: “agências de modelos, agências de viagem, empresas de turismo, de oferta de trabalho e emprego, de namoro-matrimônio e, mais raramente, por agências de adoção internacional” (FALEIROS, 2007, p. 45).

Em vista do exposto até o momento faz-se necessário abordar as conseqüências deste crime.

#### 1.4 CONSEQÜÊNCIAS DA VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Além das conseqüências da violência e exploração sexual, que trataremos a seguir, é importante destacar que este fenômeno pode ser percebido através de alguns sinais que a criança manifesta, conforme nos traz Azevedo e Guerra (2001, p. 23):

- 1) Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento infantil ou adolescente, como no apetite (anorexia, bulimias), mudanças na escola, mudanças de humor, etc.;
- 2) Pesadelos freqüentes, padrões de sono perturbados, medo do escuro, suores, gritos ou agitação noturna;

- 3) Medo de certa pessoa ou um sentimento generalizado de desagrado ao ser deixada sozinha em algum lugar ou com alguém;
- 4) Poucas relações com colegas, companheiros.

Cabe salientar que estes sinais de alerta não podem ser observados isoladamente, deve-se observar todo o contexto no qual a criança/adolescente está inserida, porém devemos ficar atentos pois podem ser pedidos de socorro às vezes silenciosos que podem passar despercebidos pelas pessoas que estão à volta destes sujeitos.

Sendo assim, as conseqüências deste fenômeno se manifestam das mais variadas formas, conforme Santa Catarina (1999), ilustrado no quadro a seguir:

CONSEQÜÊNCIAS FÍSICAS	CONSEQÜÊNCIAS PSICOLÓGICAS
Lesões físicas: queimaduras de cigarro, hematomas, quebrar ossos, cortes na pele. Estas agressões podem fazer parte do prazer sexual ou mesmo ser utilizada para intimidar, controlar ou dominar a vítima;	Sentimento de culpa: Este fato ocorre pois a criança é ameaçada, pressionada, e teme a falta de confiança em suas palavras devido a relação adulto/criança. Além disso, muitas têm este sentimento pelo fato de sentirem algum prazer e também por não terem revelado o abuso antes;
Lesões genitais: ruptura do saco vaginal, além de lesões vulvares e clitorianas;	Sentimento de autodesvalorização: pesquisas demonstram que algumas mulheres que sofreram situações de incesto na infância referem-se a si mesmas usando termos pejorativos como “cadelas, putas e bruxas”;
Lesões anais: laceração da mucosa anal, levando inclusive à formação de abscessos perianais, ou seja, a infecção de uma fissura anal, podendo ocasionar até a perda involuntária das fezes;	Depressão: baixa auto-estima, e sentimento de culpa, ocasionadas pelo abuso.
Gestação: estas gestações são geralmente problemáticas, com complicações orgânicas de cunho psicossocial, levando inclusive a morte materna e fetal;	Recusa no estabelecimento de relação com homens: algumas mulheres na vida adulta evitam estabelecer relações duradouras, pois apresentam o “medo da intimidade”, fato este que faz elas reavivarem uma experiência traumática.
Doenças sexualmente transmissíveis: condiloma acuminado/HPV, hepatite B, AIDS, herpes simples genital, etc;	Estabelecimento de relações apenas transitórias com homens: algumas pesquisas revelam que a prostituição e a promiscuidade sexual está ligada com a violência sexual na infância e adolescência;
Disfunções sexuais: este tipo de conseqüência, dificulta ou impede a concretização do ato sexual.	Tendência a supersexualizar relações com homens: algumas mulheres sentem a necessidade compulsiva por relações sexuais, para provarem que são amadas e sentirem-se acomodadas;
	Negação de todo e qualquer relacionamento sexual: reações fóbicas, que bloqueiam o desejo sexual, isto se dá pelo aspecto traumático da violência sexual;
	Incapacidade de relações sexuais satisfatórias: dificuldades para atingir o orgasmo ou experiências de orgasmo não satisfatórias.

Fonte: Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina.  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

### Quadro 1 – Conseqüências físicas e psicológicas da violência sexual

Além destes ainda temos: a drogadição, distúrbios na sexualidade, suicídio, problemas de personalidade, problemas mais agudos de personalidade, fugas do lar e agressão.

Compreender as nuances dos indícios e conseqüências faz-se de extrema importância,

pois a partir deste momento podemos evitar a reiteração deste fenômeno, e acabar com um círculo perversamente vicioso, que traz para a criança/adolescente marcas que afetam seriamente seu desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental.

Em visto do que foi exposto até o momento faz-se necessário, esclarecer quais os aspectos legais para punir os responsáveis pela prática deste crime horrendo que perpassa por toda nossa sociedade, e garantindo assim a proteção das crianças e adolescentes, ratificando-os como prioridade absoluta.

### 1.5 ASPECTOS LEGAIS

Conforme já mencionado anteriormente, o reconhecimento da infância e adolescência traz em seu bojo aspectos históricos, sociais e culturais, e talvez por este motivo ainda seja tão difícil reconhecê-los como sujeitos de direitos, assim sendo é muito custoso a punição dos agressores sexuais. Apesar disto, muito já foi feito, conforme nos traz alguns artigos do ECA, que expressam a defesa intransigente dos direitos das crianças e adolescentes, no que diz respeito à violência e exploração sexual infanto-juvenil.

O ECA possui artigos que garantem o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, conforme o Art. 13 que ressalta a importância de em caso de suspeita ou confirmação de violência contra crianças ou adolescentes deverão ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar.

Além disto, o Art. 17, que nos traz o direito ao respeito, garantindo a integridade física, psíquica e moral das crianças e adolescentes, preservando a imagem, a identidade, a autonomia, os valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. O Art. 18 destaca que todos devem cuidar da dignidade da criança e adolescente, salvando-os de toda e qualquer forma de tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Outros artigos como o 82, 83 e 85 consecutivamente regulamentam a frequência de crianças e adolescentes em motéis e locais do gênero, e também a viagem destes sujeitos, ou seja, nenhuma criança ou adolescente poderá se hospedar em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere salvo se acompanhado pelos pais/responsáveis ou com autorização; sem permissão judicial, ou sem acompanhamento dos pais/responsáveis nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, assim como as crianças e adolescentes nascidos em território nacional não poderão sair do país em companhia de estrangeiro

residente ou domiciliado no exterior, exceto com autorização judicial.

Podemos perceber que os direitos das crianças e adolescentes estão garantidos por lei, não deixando de destacar que também há punição prevista legalmente para aqueles que cometem a violência e exploração sexual. Destacamos os artigos: Art. 240 realizar ou dirigir peça teatral, de televisão, ou cinema, com a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfico – cárcere de um a quatro anos, e multa; Art. 241 retratar ou exibir crianças e adolescentes em cena de sexo explícito ou pornográfico – detenção de um a quatro anos; Art. 250 permitir a hospedagem de crianças e adolescentes em motéis, hotéis, ou congêneres sem a companhia dos pais/responsáveis e sem a devida autorização judicial – multa de dez a cinquenta salários de referência; no caso de reincidência o estabelecimento poderá ser fechado por até quinze dias; Art. 251 conduzir crianças ou adolescentes, por qualquer meio, sem tomar as devidas providências contidas nos artigos 83, 84 e 85 da referida lei – multa de três a vinte salários de referência; no caso de reincidência será aplicado o dobro.

Verificamos que além das medidas punitivas citadas anteriormente, destacamos as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, conforme trata o art. 130:

Art. 130 – Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Sob esta perspectiva, não podemos deixar de observar o Código Penal Brasileiro, que prevê punição para os agressores, porém este se encontra obsoleto, pois é datado de 1940 e perpassado por preconceitos não acompanhou o processo de evolução da sociedade. Apesar disto este código é vigente, e é a partir dele que são punidos os agressores e exploradores sexuais. Em relação a tal aspecto destacamos os artigos: Art. 213 onde destaca que coagir a mulher à conjunção carnal, sobre violência ou grave ameaça – detenção de seis a dez anos; Art. 214 forçar alguém, por meio de violência ou perigosa ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso, diferente da conjunção carnal – cárcere de seis a dez anos; Art. 216 instigar alguém, mediante engano, a cometer ou à submeter-se que cometam ato libidinoso distinto da conjunção carnal – prisão de dois a quatro anos; Art. 216-A aquele que se prevalecer de sua posição hierárquica, para coagir alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual – reclusão de um a dois anos; e Art. 218 perverter ou facilitar a perversão de pessoa maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos praticando ato de libidinagem com ela, ou levando-a a praticar ou presenciar tal fato – detenção de um a quatro

anos.

Além dos aspectos legais não podemos deixar de mencionar as medidas de proteção da criança e do adolescente.

## 1.6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Uma das primeiras medidas de proteção a ser tomada, seria acionar o Conselho Tutelar, que é uma instância deliberativa municipal, e tem função executiva para o atendimento de casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes. Suas disposições, atribuições, competências, a escolha dos conselheiros, e os seus impedimentos, estão dispostos do Art. 131 ao Art. 140 do ECA.

Além disto, foi implantado no município de Florianópolis/SC, o Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual, documento este formado a partir de uma Norma Técnica elaborada pelo Ministério da Saúde, no ano de 1999, intitulada “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes”.

Neste contexto, foi elaborado o Fluxograma da Rede de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual no Município de Florianópolis, que serve de eixo norteador para encaminhamento e atendimento das vítimas, onde são destacados três casos, conforme segue:

**Caso 01:** se a vítima tiver sofrido estupro, atentado violento ao pudor, ou qualquer outra forma de violência sexual, e esta tiver de 0 a 15 anos incompletos, menino ou menina, encaminha-se a criança/adolescente ao Hospital Infantil Joana de Gusmão ou à Pediatria do Hospital Universitário, este por sua vez aciona a 6ª Delegacia de Polícia, que se desloca até à instituição para registro obrigatório do Boletim de Ocorrência Policial, além de acionar o Instituto Médico Legal, onde o médico legista comparece ao hospital para realizar o exame de corpo delito. Não esquecendo que é obrigatória a notificação ao Conselho Tutelar, para providências legais e sociais.

**Caso 02:** caso a vítima tenha de 15 a 18 anos incompletos, menino ou menina, e tiver sofrido estupro, atentado violento ao pudor, qualquer outra forma de violência sexual, encaminha-se o/a adolescente ao Hospital Universitário ou Maternidade Carmela Dutra. Este por sua vez aciona a 6ª Delegacia de Polícia, que se desloca até à instituição para registro obrigatório do Boletim de Ocorrência Policial, além de acionar o Instituto Médico Legal, onde o médico legista comparece ao hospital para realizar o exame de corpo delito. Destaca-se a

obrigatoriedade de notificar o Conselho Tutelar, para providências legais e sociais.

**Caso 03:** se a vítima tiver 18 anos ou mais, encaminhar – vítima mulher: Maternidade do Hospital Universitário ou Carmela Dutra; vítima homem: emergência do Hospital Universitário. Neste caso a vítima pode optar por fazer ou não o Boletim de Ocorrência. Em caso de optar por fazer o boletim, o hospital aciona a 6ª Delegacia de Polícia, que se desloca até à instituição para registro do Boletim de Ocorrência Policial, além de acionar o Instituto Médico Legal, onde o médico legista comparece ao hospital para realizar o exame de corpo de delito. A vítima é encaminhada pelo hospital ao Pró-Cevic, para atendimento psicossocial e jurídico. Caso não opte por fazer o Boletim de Ocorrência Policial, o hospital colhe os líquidos vaginal/anal, vestes ou qualquer outro material e encaminha ao Instituto Médico Legal, a pessoa é encaminhada pelo hospital ao Pró-Cevic, para atendimento psicossocial e jurídico.

Outra medida protetiva é o Programa Sentinela<sup>11</sup>, que foi criado em dezembro de 2001, como um conjunto de ações especializadas e multiprofissionais dirigidas ao atendimento das crianças, dos adolescentes e das famílias envolvidas em situações de violência sexual.

O programa traçou como objetivos:

- Construir, em um processo coletivo, redes de atenção para garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes; o fortalecimento de sua auto-estima e o restabelecimento do direito à convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida;
- Criar condições que possibilitem às crianças e aos adolescentes vitimados e suas respectivas famílias, o resgate e a garantia dos direitos; o acesso aos serviços de assistência social; saúde; educação; justiça e segurança; esporte, lazer e cultura; guardando compromisso ético, político e a multidisciplinariedade das ações.

Segundo indicativo do Plano seu funcionamento se dá por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS<sup>12</sup>, onde:

[...] são prestados atendimentos especializados de acolhimento e proteção imediata com abordagem multiprofissional para o apoio psicossocial e jurídico. Em caráter de prosseguimento sistemático individual, familiar e comunitário, faz-se a oferta de retaguarda, articulando e interagindo com o Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Proteção Social (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual Infanto-

---

<sup>11</sup> Segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – Uma política em movimento – Relatório do Monitoramento 2003-2004 – elaborado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

<sup>12</sup> Equipamentos sociais de base, implantados nos municípios, para assistência social às crianças, aos adolescentes e às famílias com necessidade de proteção especial, de média complexidade e atendimento especializado – Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.



Juvenil).

Contudo, cabe salientar que atualmente seu funcionamento se dá por intermédio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS<sup>13</sup>.

Em Florianópolis, segundo Bombazar (2006), o Programa Sentinela é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio da Gerência da Criança e Adolescente. Sua execução se dá através da mobilização em torno da questão, com maior ênfase na prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes, além do apoio psicossocial às vítimas de violência doméstica sexual e física, e à seus familiares, onde estes últimos possam ser capazes de autogerir-se, dar suporte e proteção para seus membros.

Conforme Bombazar (2006, p. 47) este programa até o ano de 2004 tinha a seguinte estrutura:

- Projeto SOS Criança: responsável pelo diagnóstico, que confirmava a violência sofrida pela criança ou adolescente;
- Projeto Acorde: responsável pelo acompanhamento psicossocial às vítimas de violência doméstica;
- Projeto Mel: efetuava ações preventivas.

No entanto, a partir de 2005 com a atual administração, os projetos acima citados foram extintos, porém a nova estrutura planejou sua dinâmica na prevenção, e no acompanhamento das famílias envolvidas em casos de violência contra crianças e adolescentes. Foram então formadas três novas equipes: Equipe de Trabalho em Rede, Equipe de Diagnóstico e Equipe de Acompanhamento. Posteriormente também foi criada a Equipe de Triagem e de Planejamento.

Segundo Garcia (1999) a aprovação do ECA nos traz a confirmação de um direito, e ainda propõe uma nova gestão desses direitos que se dá através de um Sistema de Garantias de Direitos, acordando assim com o Art. 86 do presente Estatuto, onde prevê “um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Ainda, conforme Garcia (1999), este sistema é constituído por três eixos:

- **Promoção dos Direitos:** deliberar e formular a política de garantia de direitos, priorizando e qualificando como direito o atendimento das necessidades básicas da

---

<sup>13</sup> O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, integrante do Sistema Único de Assistência Social, constitui-se numa unidade pública estatal, pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva. <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas/protecao-social-especial/creas> - Acesso em fevereiro de 2008.

criança e do adolescente, por meio de políticas públicas. Neste âmbito encontram-se articulados espaços públicos institucionais e instrumentos responsáveis pela formulação das políticas e pelo estabelecimento das diretrizes do planejamento, atingindo assim a universalização dos serviços.

- **Defesa de Direitos:** este eixo vem responsabilizar o Estado, a Sociedade e a família, pela violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, assegurando a exigibilidade dos direitos. Temos um conjunto de atores governamentais e não-governamentais que fazem parte deste eixo como: Poder Judiciário, Ministério Público, Secretarias de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Ordem dos Advogados do Brasil, Centros de Defesa e outras associações legalmente constituídas, sendo que estes atores utilizam-se de instrumentos para a efetivação da defesa de direitos como: ações judiciais, procedimentos e medidas administrativas e mobilização social e medidas sócio-políticas.
- **Controle Social:** tem como objetivo vigiar o cumprimento dos preceitos legais constitucionais e infra-constitucionais, através do Estado-governo e sociedade civil organizada. Neste aspecto, os fóruns surgem como espaço da sociedade civil articulada promovendo, convocando e fortalecendo assembléias para escolha dos representantes da Sociedade Civil, além da mobilização da sociedade para sua participação na elaboração e na gestão democrática do que é público.

Diante deste aspecto, segundo Claudino (2007, p. 42):

Não é um simples jogo de palavras que o Estatuto prevê o Sistema de Garantia de Direitos como sistema articulado de ações entre diferentes espaços e níveis de federação. A proposição é vê-lo funcionando dialeticamente, como um sistema vivo, que inter-relaciona atores e ações, negando unidades isoladas. A previsão é de um todo em movimento, articulando, com previsão de políticas com caráter universal (promoção), acompanhado por instrumentos e estratégias que assegurem os direitos (defesa) e com espaço para acompanhar, monitorar, fiscalizar (controle), se realmente estão sendo garantidos.

Levando em conta o exposto até o momento, percebemos a importância e a necessidade de termos espaços como os Fóruns fortalecidos, pois são também através destes que as crianças e adolescentes poderão evitar a violação de seus direitos.

## 2 A CHAMADA PARA PARTICIPAÇÃO NO COMBATE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

### 2.1 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre os estudos acerca da participação, primeiramente fomos impulsionados a tecer algumas considerações sobre democracia<sup>14</sup>, que vem do grego, demos “povo” e *kratos* “autoridade”.

A origem da democracia deu-se na Grécia clássica. Atenas e outras cidades-estados arraigaram uma forma de governo, através do qual, os cidadãos livres podiam eleger seus governantes e serem eleitos para tal função. Esse exercício da democracia foi possível porque os cidadãos formavam um grupo reduzido e privilegiado, sendo que estavam excluídos deste exercício, os escravos, as mulheres e os estrangeiros.

Somente no século XVII começam a ser elaboradas as primeiras teorias sobre a democracia moderna. John Locke (1991) foi o primeiro a afirmar que o poder dos governos nasce de um acordo livre e recíproco e a preconizar a separação entre os poderes legislativo e judiciário.

Sob este aspecto Pateman (1992, p. 35), cita Rousseau como sendo o “teórico por excelência da participação”, ou seja, defende a democracia participativa, e sua teoria política fundamenta-se na “participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões”.

Pateman (1992) centra seus estudos na teoria contemporânea da democracia, ou seja, afirma que a participação se dá através do voto do povo, escolhendo aqueles que tomarão decisões, e através desta participação o indivíduo se protege contra decisões arbitrárias e protege seus interesses privados.

Segundo Nogueira (2004, p. 130): “Quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma ‘teoria’ para si e traça um plano de ação”.

Dentro desta perspectiva o referido autor aborda quatro modalidades de participação:

a) Participação Assistencialista: São práticas de multirão, onde são desenvolvidas

---

<sup>14</sup> [http://www.renascebrasil.com.br/f\\_democracia2.htm](http://www.renascebrasil.com.br/f_democracia2.htm) Acesso em setembro de 2007

ações filantrópicas de cunho religioso, com intuito de diminuir a infelicidade, e assim otimizar recursos comunitários ou grupais, com objetivo de melhorar a qualidade de vida, neutralizando conflitos ou resolvendo problemas. Esta prática tende a ter maior ênfase nos grupos de menor consciência política coletiva.

- b) Participação Corporativa: diz respeito à defesa de interesses específicos de certos grupos sociais ou de categorias profissionais. Esta modalidade está ligada a origem do sindicalismo moderno, e mais associada com o proletariado e com as camadas populares do que com a burguesia, sendo que esta classe, até o século XIX julgava todo associativismo um movimento fragmentador da ordem nacional.
- c) Participação Eleitoral: seu objetivo não é somente à defesa de interesses particulares, contudo interfere diretamente na governabilidade e possui efeitos que dizem respeito a toda a coletividade. Existe aqui nesta modalidade uma maior consciência do poder político, e suas possibilidades de direcioná-los e reorganizá-los. O cidadão está mais maduro, assegurando-se não só em relação aos direitos individuais, como também em relação aos direitos políticos.
- d) Participação Política: Sua realização se faz tendo em vista a comunidade como um todo, as formas organizativas da sociedade, ou seja, o Estado. É nesta modalidade que os cidadãos se tornam protagonistas, pois vão expressar através do voto a defesa de seus interesses, além de fazer com que o poder seja compartilhado e se democratize.

Dagnino (2004) afirma que o Brasil enfrenta hoje um dilema no processo de construção democrático, pois, ao mesmo tempo em que estende sua democracia, expresso através da criação de espaços públicos, e aumenta a participação da sociedade civil em tomadas de decisões no que se refere às questões de políticas públicas, temos a implementação de um Estado neoliberal que se ausenta de seu papel de garantidor de direitos, diminuindo cada vez mais suas responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil.

Nos anos de 1980, os segmentos da população organizam-se e mobilizam-se na reivindicação de direitos civis, políticos e, principalmente sociais, sendo que em 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil onde estes direitos são garantidos, trazendo também o princípio da participação da sociedade civil, que conforme Nogueira (2004, p. 141):

A participação tende a converter-se em um instrumento para solidarizar governantes e governados, para aliviar e agilizar a ação governamental, para compartilhar custos e decisões, para reduzir atritos entre governo e sociedade. Participar passa a significar também uma forma de interferir, colaborar, administrar.

Dentro desta perspectiva de participação, Nogueira (2004) defende a participação cidadã como forma de tomar parte em decisões do governo, garantindo direitos, intervindo na elaboração de orçamentos, ou seja, concentra-se mais no alcance de resultados do que mudar correlações de forças ou padrões estruturais. A participação cidadã, se manifesta de forma ampla e variada. Por um lado, manifesta a intenção de vários atores em se envolver no processo político, de modo que façam valer seus interesses. Por outro lado, expressa a cidadania, ou seja, gozar de seus direitos civis e políticos de um Estado.

Alguns autores como Macpherson (1979 apud BRANDÃO, 1997) e Pateman (1992 apud BRANDÃO, 1997) apresentam alguns aspectos no que diz respeito a democracia participativa.

Para Macpherson (1979 apud BRANDÃO, 1997) inicialmente, numa posição de otimismo defendem uma democracia participativa, e que para obtê-la são necessários pelo menos dois requisitos: a alteração na consciência do povo no modo de enxergar e agir como consumidor para enxergar e agir como propositos, além da diminuição considerável da atual desigualdade econômica. Porém alguns anos depois, ele passa de uma posição de claro otimismo para o pessimismo, no que diz respeito a construção de uma democracia participativa, isto se dá pelo fato da análise que o autor faz dos grupos de pressões que existem nas sociedades democráticas ocidentais, no que diz respeito às suas transformações em sociedade participativa.

Já para Pateman (1992 apud BRANDÃO, 1997) uma democrata radical, defende que a participação tem um cunho pedagógico, pois desenvolve nos indivíduos um senso crítico e consciente, além de desenvolver a auto-estima e auto-confiança e assim dedicam-se ainda mais, pois tem maior clareza sobre os resultados da sua atuação.

A possibilidade de uma democracia participativa faz surgir sujeitos mais cômicos de seus direitos sendo capazes de lutar por uma sociedade mais equânime, e contra uma política autoritária, centralizadora e burocrática. Sob esta perspectiva o Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infante-Juvenil foi idealizado como um espaço de democracia participativa.

Os Fóruns são espaços de lutas e garantia de direitos, dentro do eixo de Controle Social do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, que segundo Garcia (1999, p. 99) “no eixo do Controle Social, o objetivo se reporta à vigilância do cumprimento dos preceitos legais constitucionais e infra-constitucionais, ao controle externo não-institucional da ação do Poder Público”.

Mas afinal o que são Fóruns?

Segundo Garcia (1999, p. 99):

Os 'fóruns' são espaços de mobilização e organização da sociedade, em geral. E instrumento legítimo de promoção, convocação (política) e fortalecimento das assembléias amplas para escolha dos representantes da Sociedade Civil Organizada. São, em especial, espaços de articulação do poder e do saber da sociedade, espaço de debate, de divulgação de idéias, de estímulo a propostas de políticas e estratégias que façam avançar as conquistas democráticas, e de articulação com parlamentares e magistrados.

Os espaços já foram pensados, discutidos, implantados, porém a participação ainda é um processo em construção. Isto se dá também pelo fato de termos um contexto histórico de reconhecimento dos direitos recente, somente quase duas décadas no que diz respeito à consciência do direito à ter direitos, este período é muito curto em relação à séculos de opressão e autoritarismo vivenciados no nosso país.

Diante do exposto, percebemos que para o enfrentamento da violência e da exploração sexual infanto-juvenil, espaços de democracia participativa como os Fóruns somente estarão fortalecidos de acordo com a participação e articulação de toda a sociedade.

## 2.2 FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

O Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil foi criado no dia 16 de maio de 1998, no município de Chapecó, onde aproximadamente 120 (cento e vinte) pessoas de diversas regiões e de diversas entidades governamentais e não-governamentais de Santa Catarina se reuniram para discutir a criação de uma entidade que fosse capaz de enfrentar, de forma organizada, os problemas da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado, e principalmente conscientizando a população sobre a existência dessas violações.

Decidiu-se, por unanimidade, pela criação do Fórum Catarinense pelo Fim da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, atribuindo-lhe, conforme seu Regimento Interno<sup>15</sup>, os

---

<sup>15</sup> Regimento Interno aprovado em 16/12/2005, conjunto de normas que rege as atividades do FCPFVESIJ – ANEXO A

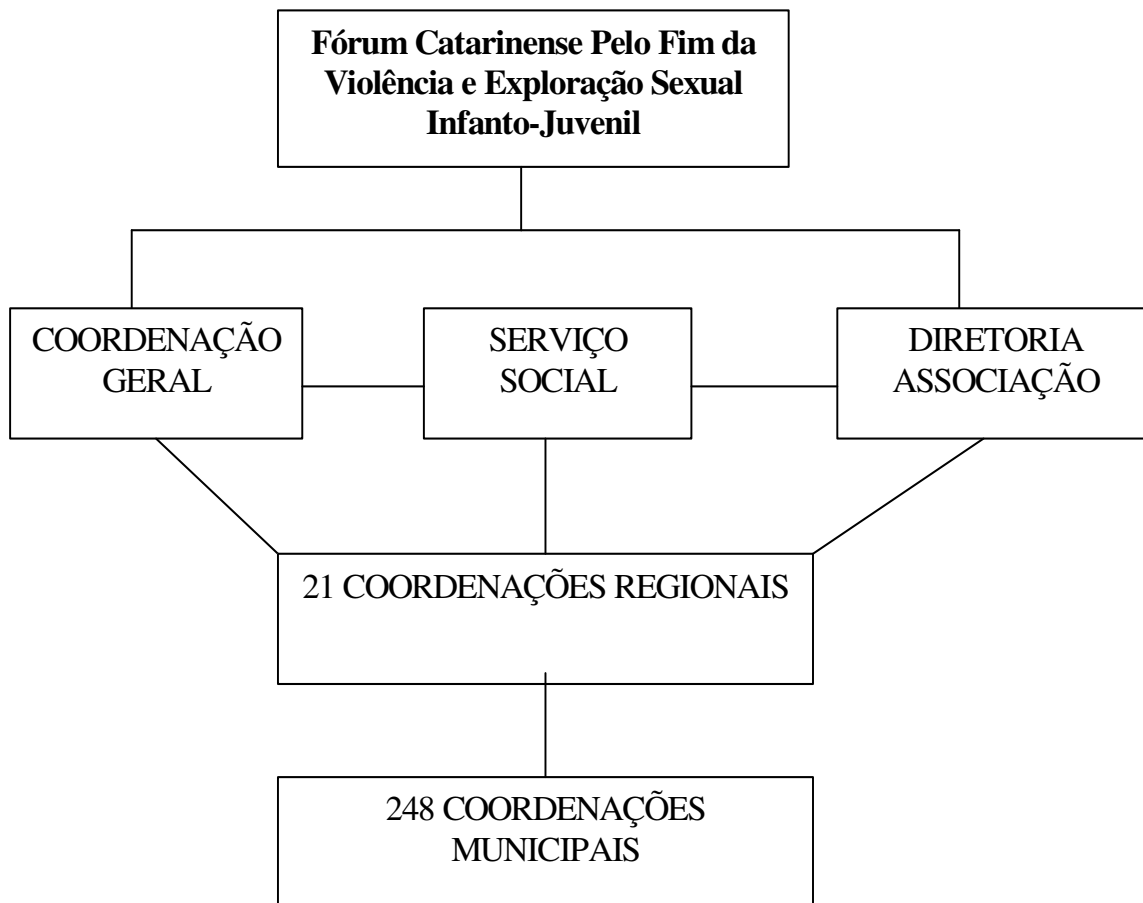
objetivos descritos a seguir:

- Conscientização de toda Sociedade acerca do fenômeno da violência e da exploração sexual infanto-juvenil;
- Mobilização e articulação social quanto ao combate deste tipo de violência, através:
  - a) Da criação de espaços de discussão da temática em escolas, associações de moradores, igrejas, grupos de jovens e outras entidades;
  - b) Da articulação com a mídia no sentido de promover campanhas que possibilitem a consciência de todos e a visibilidade do fenômeno;
  - c) Da promoção de ações de denúncia, buscando sua canalização aos organismos competentes;
  - d) Do lançamento de um jornal bimestral com características informativas;
  - e) Da capacitação de educadores e profissionais da rede de atendimento a Criança e ao Adolescente para detecção dos casos de abuso e exploração, por meio, dentre outros, da realização de seminários estaduais e regionais.

Devido ao fato do FCPFVESIJ não ter uma personalidade jurídica, pois se trata de um espaço de discussão pública, foi criado em novembro de 1998 a Associação dos Integrantes do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, uma organização não-governamental, devidamente registrada e apta a gerenciar as campanhas do FCPFVESIJ.

No FCPFVESIJ não há hierarquia, pois todos os integrantes têm voz e vez, o que consta no seu Regimento Interno é: uma Coordenação Geral (Diretoria da Associação), 21 (vinte e uma) Coordenações Regionais, e nos arquivos de informática consta o registro de 248 (duzentos e quarenta e oito) Coordenações Municipais. Neste contexto o Serviço Social está inserido desenvolvendo ações de conscientização dos municípios e regiões para a temática, através da formulação de campanhas, da elaboração de projetos para captação de recursos visando a sustentabilidade da entidade, da elaboração de pesquisas com relação à atuação da entidade e ao fenômeno da violência, além da execução de palestras à comunidade para dar visibilidade ao fenômeno.

Assim sendo o fluxograma do FCPFVESIJ é definido da seguinte maneira:



Fonte: Documentos do FCPFVESIJ

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

**Figura 1 - Fluxograma organizacional do FCPFVESIJ**

O FCPFVESIJ tem como meta atingir um público alvo diverso, dentre outros ressaltamos: Polícias Civil, Militar e Rodoviária, Promotores, Juízes, Assistentes Sociais, Psicólogos, Educadores, Profissionais de Programas de atendimento (saúde, educação, cultura e lazer), integrantes do Fórum e a sociedade catarinense em geral, isto se dá através de: panfletagem, seminários/palestras, passeatas/carreatas, divulgação na mídia, reuniões, audiências públicas, etc.

Dentre as várias campanhas realizadas pelo FCPFVESIJ, cabe destacar aqui as suas duas maiores expressões que são: o dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate a Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, e o dia 24 de setembro – Dia Estadual de Combate a Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

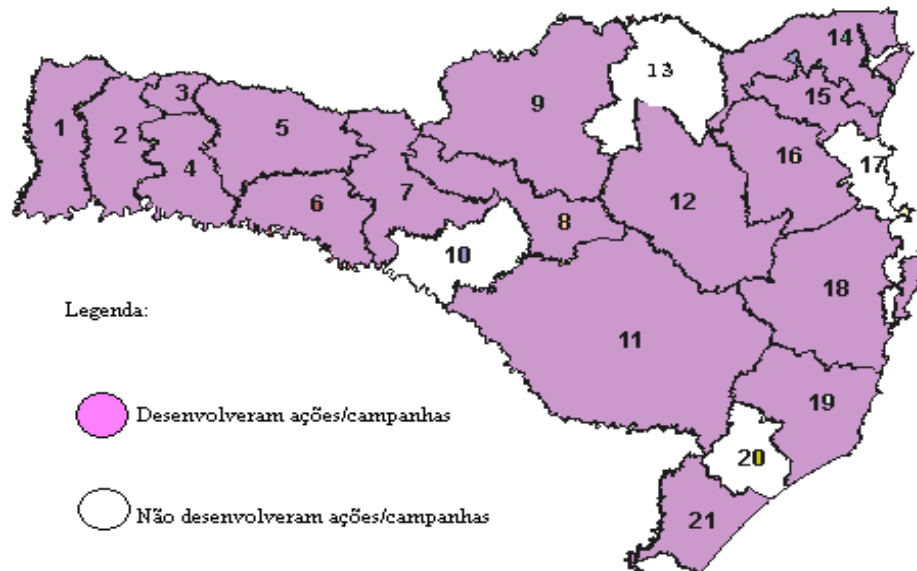
O FCPFVESIJ, desde sua implantação, realizou várias campanhas de mobilização e



articulação para o combate a violência e exploração sexual infanto-juvenil, dentre as quais a primeira foi realizada no dia 24 de setembro de 1998, e contou com a participação de várias pessoas que foram às ruas, com o intuito de alertar a população sobre o problema, através da distribuição de material informativo e utilização de diferentes metodologias (panfletos, realização de palestras, apresentação de vídeos e teatro em praça pública, entre outros).

No mesmo ano, mais especificamente nos dias 24 e 25 de novembro, aconteceu o 1º Seminário Estadual<sup>16</sup> do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Florianópolis.

Além disso, as ações e campanhas foram realizadas também através da articulação das Coordenações Regionais e Municipais, conforme demonstra o mapa e o quadro das atividades a seguir.



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

**Figura 2 - Associação dos Municípios<sup>17</sup> que se envolveram em campanhas em 1998**

**LEGENDA:**

1 – AMEOSC<sup>18</sup> – Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense

2 – AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios

3 – AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

<sup>16</sup> Estes dias serviram para que cada integrante do Fórum e, em especial, os coordenadores regionais e municipais se capacitassem para o melhor desempenho de suas atribuições, nas campanhas de conscientização, recepção e canalização de denúncias aos órgãos e instituições competentes, entre outras funções, este evento deu-se sob a coordenação do Promotor de Justiça Dr. Gercino Gerson Gomes Neto, então Coordenador Geral do Fórum Catarinense.

<sup>17</sup> Esta divisão foi tomada de acordo com a Fecam – Federação Catarinense dos Municípios

<sup>18</sup> A relação dos municípios que fazem parte de cada Associação encontra-se no ANEXO B

- 4 – AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina  
 5 – AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani  
 6 – AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense  
 7 – AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense  
 8 – AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe  
 9 – AMURC – Associação dos Municípios da Região do Contestado  
 10 – AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense  
 11 – AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana  
 12 – AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
 13 – AMPLA – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense  
 14 – AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina  
 15 – AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu  
 16 – AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
 17 – AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí  
 18 – GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis  
 19 – AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna  
 20 – AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera  
 21 – AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

As atividades realizadas foram diversas conforme demonstra o quadro abaixo:

<b>COORDENAÇÃO REGIONAL</b>	<b>ATIVIDADES</b>
<b>1 – AMEOSC</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagem, divulgação na mídia, reunião.
<b>2 – AMERIOS</b>	Seminários/palestras, panfletagem, divulgação na mídia, reuniões.
<b>3 – AMNOROESTE</b>	Seminários/palestras, panfletagem.
<b>4 – AMOSC</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>5 – AMAI</b>	Seminários/palestras, panfletagem, reuniões.
<b>6 – AMAUC</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagem, divulgação na mídia, reunião.
<b>7 – AMMOC</b>	Panfletagem
<b>8 – AMARP</b>	Panfletagem
<b>9 – AMURC</b>	Seminários/palestras, panfletagem, reunião.
<b>11 – AMURES</b>	Seminários/palestras, panfletagem, divulgação na mídia.
<b>12 – AMAVI</b>	Seminários/palestras, panfletagem, reunião.
<b>14 – AMUNESC</b>	Passeata/carreata, panfletagem
<b>15 – AMVALI</b>	Seminários/palestras, panfletagem, reuniões, audiências públicas.
<b>16 – AMMVI</b>	Seminários/palestras, panfletagem, divulgação na mídia, reunião.
<b>18 – GRANFPOLIS</b>	Panfletagem
<b>19 – AMUREL</b>	Seminários/palestras, panfletagem, divulgação na mídia.
<b>21 – AMESC</b>	Passeatas/carreatas, panfletagem, divulgação na mídia, reunião.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

## **Quadro 2 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 1998**

Neste primeiro ano de atuação do Fórum podemos observar, por intermédio do quadro nº. 02, que as ações e campanhas foram realizadas de forma articulada e participativa na maior parte do estado de Santa Catarina, contando também com a mobilização das Coordenações Regionais e Municipais.

Assim sendo, percebemos a importância da participação da sociedade civil, conforme

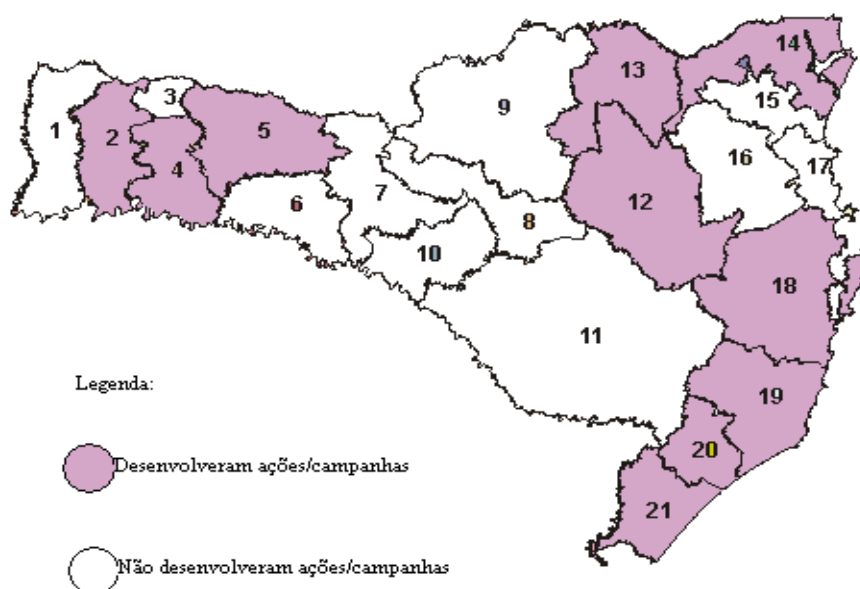
nos traz Gohn (2004, p. 08):

A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais.

Cada Coordenação Regional escolhe as formas de realizar as campanhas, quais as atividades que pensam se melhor para divulgar o fenômeno, porém, a Coordenação Geral orienta através de encaminhamento de material e outros informativos auxiliando numa maior articulação entre todos.

No ano de 1999, mais especificamente no dia 27 de maio, foram dadas seqüências as ações e campanhas de combate ao fenômeno, onde damos destaque na campanha dirigida aos motoristas que trafegavam pelas principais rodovias estaduais e federais de Santa Catarina, intitulada “Carona Abusiva”<sup>19</sup>, esta campanha teve como objetivo alertar para o problema da carona dada a crianças e adolescentes sem a devida autorização dos pais ou responsáveis.

Juntamente com a campanha deste ano, as Coordenações Regionais continuam com suas campanhas por todo o estado, conforme mapa e tabela a seguir:



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

**Figura 3 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 1999**

<sup>19</sup> Esta campanha ressaltou a previsão legal estabelecida através do Art. 251 do ECA.

De acordo com o quadro abaixo, as atividades realizadas neste ano foram as mais variadas:

COORDENAÇÃO REGIONAL	ATIVIDADES
2 – AMERIOS	Seminários/palestras.
4 – AMOSC	Seminários/palestras, divulgação na mídia.
5 – AMAI	Seminários/palestras, panfletagens.
12 – AMAVI	Seminários/palestras, passeatas/carreatas, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
13 – AMPLA	Seminários/palestras, panfletagens.
14 – AMUNESC	Seminários/palestras, panfletagens.
18 – GRANFPOLIS	Seminários/palestras
19 – AMUREL	Panfletagens, divulgação na mídia.
20 – AMREC	Panfletagens, divulgação na mídia.
21 – AMESC	Panfletagens.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

### **Quadro 3 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 1999**

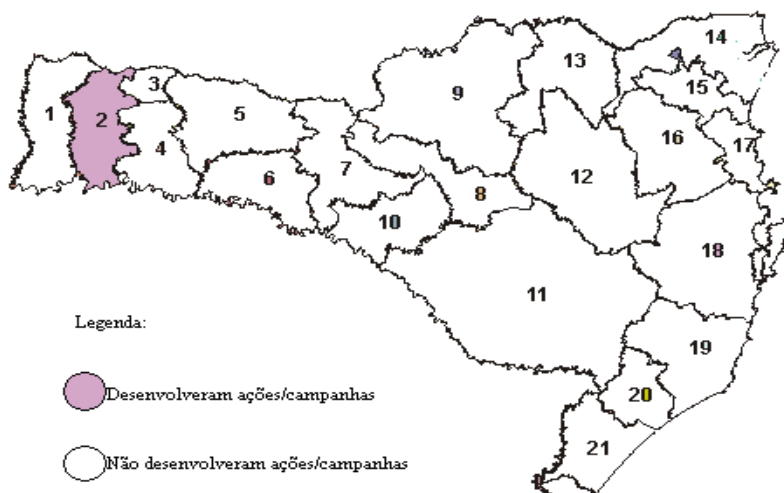
Percebemos, através do quadro 3, que as ações e campanhas continuam sendo realizadas pelo Estado, apesar disto, diferente do ano anterior observa-se uma diminuição da participação das Coordenações Regionais, porém para que espaços como o Fórum estejam fortalecidos, faz-se necessário uma participação efetiva, pois segundo Gohn (2001) os processos de participação da sociedade civil e sua existência nas políticas públicas nos levam a entender o processo de democratização da sociedade brasileira.

Cabe salientar que as Coordenações Regionais AMEOSC, AMNOROESTE, AMAUC, AMMOC, AMARP, AMURC, AMURES, AMAVI, AMVALI e AMMVI, diferentemente do ano anterior não realizaram atividades neste ano.

Conforme podemos observar ainda que, AMPLA e AMREC no ano anterior não realizaram atividades, porém este ano aparecem como participantes. Já, AMERIOS, AMOSC, AMAI, AMAVI, AMUNESC, GRANFPOLIS, AMUREL e AMESC, permanecem iguais ao ano anterior, ou seja, continuam na realização das atividades.

Destacamos ainda, que AMPLASC e AMFRI seguem igualmente ao ano anterior, sem realizações de ações/campanhas.

No ano de 2000, mais exatamente no dia 25 de setembro, o FCPFVESIJ atuou através de panfletagem, palestras, visitas a escolas, hospitais, centros comunitários e nas ruas centrais da cidade. Porém, por fatos que desconhecemos somente uma Coordenação Regional realizou campanhas conforme o mapa a seguir:



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

#### Figura 4 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2000

O quadro abaixo destaca as atividades realizadas somente pela Coordenação Regional AMERIOS:

COORDENAÇÃO REGIONAL	ATIVIDADES
2 - AMERIOS	Seminários/palestras, panfletagens, reuniões.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

#### Quadro 4 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2000

Conforme demonstra o mapa acima juntamente com o quadro nº. 03, por fatos não registrados nos documentos estudados este ano houve a atuação de somente uma Coordenação Regional no que diz respeito a ações e campanhas, constatando assim uma expressiva diminuição da participação com relação aos dois primeiros anos de atuação do Fórum.

Segundo Pateman (1992, p. 44-45):

Quando o indivíduo se ocupa somente de seus assuntos privados, argumenta, e não participa das questões públicas, sua 'auto-estima' é afetada, assim como permanecem sem desenvolvimento de suas capacidades para uma ação pública responsável.

Percebemos então, que a única a manter suas atividades este ano foi AMERIOS. AMOSC, AMAI, AMAVI, AMPLA, AMUNESC, GRANFPOLIS, AMUREL, AMREC e AMESC ao contrário do ano anterior, neste ano não realizaram nenhuma ação/campanha.

AMEOSC, AMNOROESTE, AMAUC, AMMOC, AMARP, AMURC, AMURES, AMVALI e AMMVI, seguem sem realizar ações/campanhas este ano, igual ao ano anterior.

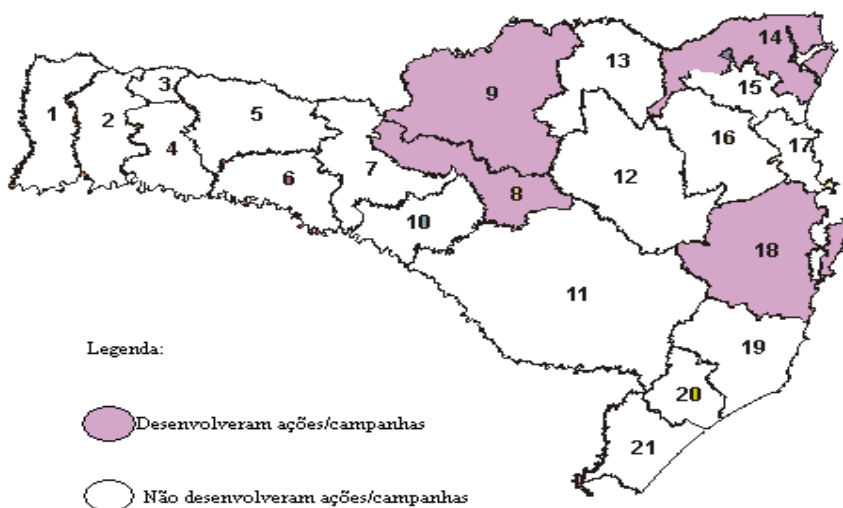
Além da AMPLASC e AMFRI que continuam sem realizar atividades desde o início da atuação do FCPFVESIJ.

Seguindo esta efêmera participação, os anos de 2001 e 2002 não foram realizadas ações e campanhas em nenhuma das Coordenações Regionais, o que aconteceu foi a 1ª Etapa Estadual do Projeto Meninos e Meninas<sup>20</sup>, executado nos dias 14 e 15 de setembro de 2001 em Blumenau/SC.

O Projeto foi estruturado para realizar 13 (treze) cursos regionais e 02 (dois) cursos em etapa estadual no período de setembro/2001 à maio/2002, cujo público alvo foram os agentes sociais, envolvidos com a problemática violência e exploração sexual infanto-juvenil, quais sejam: profissionais das áreas da saúde, educação, serviço social, conselheiros, funcionários de Organizações Governamentais e Organizações Não-Governamentais.

No ano de 2003 o FCPFVESIJ volta a articular-se nas suas ações e campanhas, fato este percebido através da realização do 2º Seminário Estadual do FCPFVESIJ<sup>21</sup>, realizado nos dias 09 e 10 de outubro. Este Seminário contou com a presença de todos os coordenadores municipais e regionais, visando a construção do Plano Estadual de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Apesar de ainda pequena, as Coordenações Regionais voltam a realizar ações e campanhas pelo Estado no ano de 2003, conforme mapa a seguir:



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007.

### Figura 5 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2003

<sup>20</sup> Este Projeto foi uma parceria com o Instituto WCF – World Childhood Foundation-Brasil e contou com o apoio da Procuradoria de Justiça e do Centro das Promotorias da Infância e Juventude do Estado de Santa Catarina, além da UNIVALI/Itajaí.

<sup>21</sup> Este evento deu-se sob a Coordenação do Dr. Durval da Silva Amorim – Promotor e Coordenador Geral do FCPFVESIJ

A seguir o quadro demonstra as atividades realizadas pelas Coordenações Regionais neste ano de 2003:

COORDENAÇÃO REGIONAL	ATIVIDADES
8 – AMARP	Seminários/palestras, panfletagens, reunião, audiências públicas.
9 – AMURC	Seminários/palestras, panfletagens, reunião, audiências públicas.
14 – AMUNESC	Seminários/palestras, audiências públicas.
18 – GRANFPOLIS	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

### **Quadro 5 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2003**

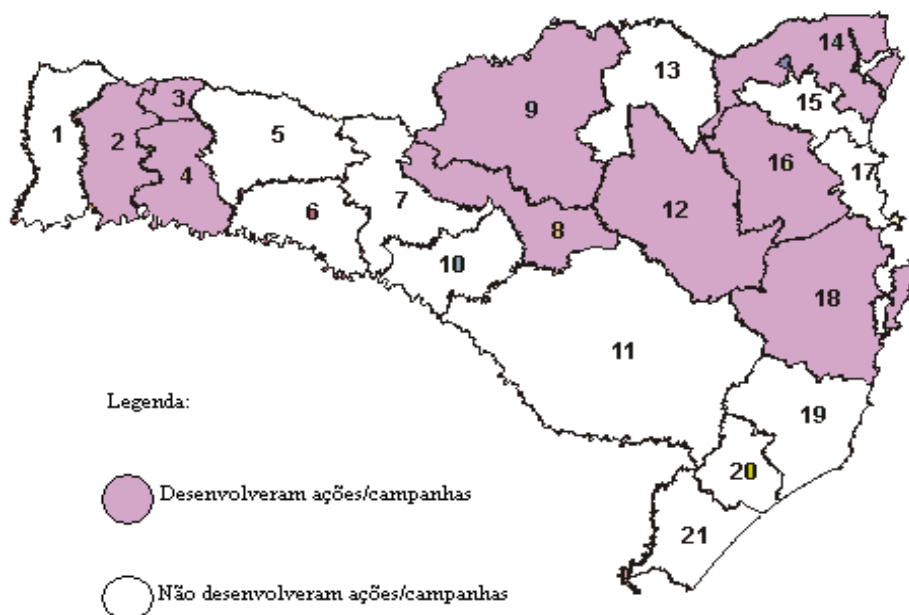
Percebemos, por meio do quadro 5, que neste ano as Coordenações Regionais voltaram a realizar atividades, diferente dos anos de 2001 e 2002 onde encontravam-se paralisadas. Apesar deste aumento no nível de participação, este índice ainda é baixo, levando consideração todo o estado de Santa Catarina.

Assim sendo, conforme Gohn (2001, p. 14) “O resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização”.

Apesar da não atuação das Coordenações Regionais nos anos citados anteriormente, este ano AMARP, AMURC, AMUNESC e GRANFPOLIS retomam as atividades, continuando no processo de mobilização. Porém, AMEOSC, AMERIOS, AMNOROESTE, AMOSC, AMAI, AMAUC, AMMOC, AMURES, AMAVI, AMPLA, AMVALI, AMMVI, AMUREL, AMREC e AMESC seguem este ano com suas atividades paralisadas.

Cabe destacar a permanência da AMPLASC e AMFRI com relação à não realização de suas ações/campanhas.

No ano de 2004 o FCPFVESIJ envolveu-se com diversas ações e campanhas, entre elas está a Campanha do Dia Nacional de Combate a Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil – 18 de maio, além das diversas atuações das Coordenações Regionais conforme o mapa a seguir:



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

**Figura 6 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2004**

O quadro abaixo destaca as atividades realizadas pelas Coordenações Regionais no ano de 2004:

COORDENAÇÃO REGIONAL	ATIVIDADES
<b>2 - AMERIOS</b>	Seminários/palestras, panfletagens, reuniões.
<b>3 - AMNOROESTE</b>	Reunião.
<b>4 - AMOSC</b>	Panfletagens, divulgação na mídia.
<b>8 - AMARP</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>9 - AMURC</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia.
<b>12 - AMAVI</b>	Panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>14 - AMUNESC</b>	Panfletagens, divulgação na mídia.
<b>16 - AMMVI</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, reuniões, audiências públicas.
<b>18 - GRANFPOLIS</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia, reuniões.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

**Quadro 6 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2004**

Percebemos, através do quadro 6, que houve um aumento da participação das Coordenações Regionais, em relação ao ano anterior, ou seja, AMARP, AMURC, AMUNESC e GRANFPOLIS seguem no processo igualmente ao ano anterior, realizando suas ações/campanhas.



AMERIOS, AMNOROESTE, AMOSC, AMAVI e AMMVI, diferentemente do ano anterior, retomam suas atividades neste ano.

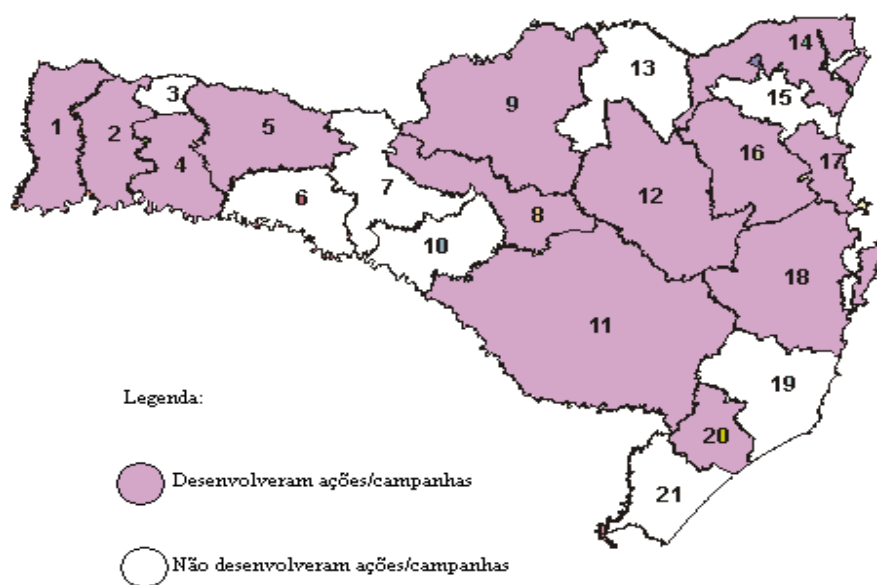
Vale ressaltar que as atividades realizadas pelas Coordenações Regionais, geralmente são sempre as mesmas, pois não há um padrão a ser seguido, no entanto, a que mais se destaca é a panfletagem.

AMEOSC, AMAI, AMAUC, AMMOC, AMURES, AMPLA, AMVALI, AMUREL, AMREC e AMESC seguem este ano igual ao anterior, sem realizar ações/campanhas. AMPLASC e AMFRI permanecem sem realizar atividades.

Segundo Nogueira (2004) a participação não está isenta de dificuldades, problemas ou obstáculos, onde a ineficiência, a falta de efetividade e a ineficácia podem também serem vistos como tal, ou seja, os processos participativos muitas vezes são longos, inconstantes e irregulares, correndo o risco da não legitimidade das decisões, e caso estas sejam tomadas com pouca representatividade, ou em espaços como os fóruns esvaziados refletem a opinião da maioria, e se forem implementadas essas decisões podem servir de elementos de desigualdade e de injustiça.

O ano de 2005, foi marcado pela mobilização social para enfrentar a violência e a exploração sexual infanto-juvenil, através de ações desenvolvidas pelo FCPFVESIJ.

Conforme demonstra o mapa a seguir, as campanhas neste ano foram realizadas pela maioria das Coordenações Regionais:



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007.

**Figura 7 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2005**

O quadro a seguir nos traz as atividades desenvolvidas pelas respectivas Coordenações Regionais no ano de 2005:

<b>COORDENAÇÃO REGIONAL</b>	<b>ATIVIDADES</b>
<b>1 - AMEOSC</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia.
<b>2 - AMERIOS</b>	Panfletagens
<b>4 - AMOSC</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia, reuniões.
<b>5 - AMAI</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>8 - AMARP</b>	Seminários/palestras, panfletagens.
<b>9 - AMURC</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>11 - AMURES</b>	Panfletagens, reunião.
<b>12 - AMAVI</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>14 - AMUNESC</b>	Panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>16 - AMMVI</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia.
<b>17- AMFRI</b>	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia.
<b>18 - GRANFPOLIS</b>	Panfletagens, divulgação na mídia, reunião.
<b>20 - AMREC</b>	Seminários/palestras, passeata/carreata.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007.

#### **Quadro 7 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2005**

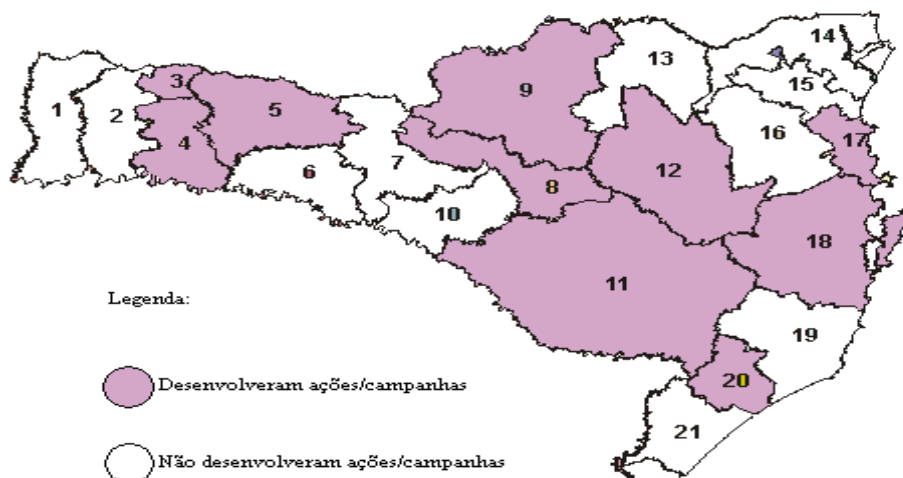
Conforme nos traz o quadro 7, as Coordenações Regionais AMERIOS, AMOSC, AMARP, AMURC, AMAVI, AMUNESC, AMMVI e GRANFPOLIS seguem este ano no processo de participação, realizando suas ações/campanhas.

Ao contrário do ano anterior AMEOSC, AMAI, AMURES e AMREC voltam a articular-se realizando novamente suas atividades. Destaca-se este ano a primeira participação da AMFRI, que até então não havia realizado qualquer atividade. AMNOROESTE, diferentemente do ano anterior, neste ano deixou de realizar suas ações/campanhas.

AMAUC, AMMOC, AMPLA, AMVALI, AMUREL e AMESC continuam este ano igual ao anterior, ou seja, sem realização de atividades. Além disso, AMPLASC segue na sua ausência de participação.

Percebemos que houve um aumento considerável da participação das Coordenações Regionais este ano, o que implica acordamos com Dagnino (2004, p. 159) onde: “a existência de espaços efetivamente públicos só se garante pela efetiva pluralidade e diversidade de seus participantes, pela equivalência de seus recursos de informação, conhecimento e poder”.

Mais uma vez as Coordenações Regionais mobilizaram-se para combater a violência e exploração sexual infanto-juvenil, conforme o mapa a seguir:



Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

### Figura 8 - Associação dos Municípios que se envolveram em campanhas em 2006

A seguir destaca-se no quadro as atividades realizadas pelas Coordenações Regionais no ano de 2006:

COORDENAÇÃO REGIONAL	ATIVIDADES
3 - AMNOROESTE	Seminários/palestras, audiências públicas.
4 - AMOSC	Passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia.
5 -AMAI	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia, reuniões.
8- AMARP	Panfletagens.
9 - AMURC	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia.
11 - AMURES	Seminários/palestras, panfletagens, divulgação na mídia.
12 - AMAVI	Seminários/palestras, reunião.
17 - AMFRI	Panfletagens
18 - GRANFPOLIS	Seminários/palestras, panfletagens.
20 - AMREC	Seminários/palestras, passeata/carreata, panfletagens, divulgação na mídia, reunião.

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

### Quadro 8 - Atividades realizadas pelas Coordenações Regionais em 2006

Apesar das campanhas/atividades realizadas pelas Coordenações Regionais, percebemos que este ano houve uma diminuição da participação, com relação ao ano anterior.

Gohn (2001) nos traz que no Brasil, os diferentes fóruns surgiram sob a inspiração da forma de participação democrático-radical, ou seja, o fortalecimento da sociedade civil para a construção de caminhos que levem à uma nova realidade social. Contudo o que se vê é a pouca participação na articulação/mobilização deste espaço, ou seja, ainda é um processo em

construção.

Tendo em vista as informações contidas no quadro 8, percebemos que, AMOSC, AMAI, AMARP, AMURC, AMURES, AMAVI, AMFRI, GRANFPOLIS e AMREC, seguem realizando sua atividade igual ao ano anterior. Ao contrário de AMEOSC, AMERIOS, AMUNESC e AMMVI que no ano anterior participaram do processo e neste ano ausentam-se de suas atividades.

AMNOROESTE retoma suas atividades este ano, diferentemente do ano anterior. Seguem então sem realizar ações/campanhas, AMAUC, AMMOC, AMPLA, AMVALI, AMUREL e AMESC, igual ao ano anterior. Destacamos a ausência da participação da AMPLASC durante todo o processo de atuação do FCPFVESIJ.

Em vista dos dados apresentados até o momento segue abaixo o levantamento dos últimos 09 (nove) anos de atuação do FCPFVESIJ, no que diz respeito a participação das Coordenações Regionais:

COORDENAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
01 - AMEOSC									
02 - AMERIOS									
03- AMNOROESTE									
04 - AMOSC									
05 - AMAI									
06 - AMAUC									
07 - AMMOC									
08 - AMARP									
09 - AMURC									
10 - AMPLASC									
11 - AMURES									
12 - AMAVI									
13 - AMPLA									
14 - AMUNESC									
15 - AMVALI									
16 - AMMVI									
17 - AMFRI									
18 - GRANFPOLIS									
19 - AMUREL									
20 - AMREC									
21 - AMESC									

Fonte: Relatório de Atividades das Coordenações Regionais do FCPFVESIJ

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira, Florianópolis/SC – 2007

### **Quadro 9 – Participação das Coordenações em campanhas nos últimos nove anos de atuação do FCPFVESIJ**

O quadro 9 permite observar que a Coordenação Regional que mais obteve participação nestes últimos nove anos foi a GRANFPOLIS, onde atuou em seis anos de campanhas, seguido da AMERIOS, AMOSC, AMARP, AMURC, AMAVI e AMUNESC que destacaram-se em cinco anos de atuação, logo após encontra-se AMAI com quatro anos de participação.

AMNOROESTE, AMURES, AMMVI e AMREC participaram durante três anos, em seguida AMEOSC, AMFRI, AMUREL e AMESC têm sua efetiva participação em dois anos, além da AMAUC, AMMOC, AMPLA e AMVALI que participaram somente um ano. Cabe salientar que a AMPLASC foi a única Coordenação Regional que não participou nestes nove anos de atuação do FCPFVESIJ.

Durante este período de existência do FCPFVESIJ houve uma queda considerável no que diz respeito a participação das Coordenações Regionais e Municipais, o que nos leva a refletir sobre o real papel dos Fóruns na sociedade, pois se há espaço privilegiado para democracia participativa, onde está a participação?

De acordo com Nogueira (2004, p. 158):

Mecanismos bem institucionalizados de participação tendem a funcionar como uma importante garantia de que políticas bem-sucedidas irão se reproduzir, agindo como um antídoto contra desvios administrativos, idiosincrasias técnicas ou preferências políticas.

Percebemos que há uma necessidade de rearticular e mobilizar novamente as Coordenações Regionais e Municipais, para que realmente o FCPFVESIJ atinja seu objetivo de mobilizar a sociedade no combate ao fenômeno da violência e exploração sexual infanto-juvenil, possibilitando assim a garantia dos direitos destes sujeitos. Em vista disto o Serviço Social é importante neste processo, pois é um profissional com perfil para articular, mobilizar e assessorar.

### 2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

No ano de 2006, mais exatamente no dia 16 de maio, a Associação dos Integrantes do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil firmou

convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social<sup>22</sup>, onde esta cedeu um espaço físico correspondente à uma sala junto à Secretaria já mencionada.

Este espaço para atuação do Serviço Social, encontra-se em processo de construção, sendo que foi contratada como secretária executiva uma Assistente Social com especialização na área da violência doméstica.

O Serviço Social dentro do Fórum não atua diretamente em atendimento ao usuário, suas atribuições estão dispostas de acordo com o Art. 4º parágrafo II, da Lei 8662/93, onde nos diz que, compete ao Assistente Social: “II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil”.

Cabe salientar que dos três eixos norteadores para ações profissionais do Serviço Social, segundo Miotto (2003 apud LIMA, 2004) o que se destaca no FCPFVESIJ é o Processo Político-Organizativo, que é definido como uma área de atuação dos Assistentes Sociais tendo como objeto a participação social sob a perspectiva da cidadania, com o objetivo do fortalecimento da sociedade civil. Estão inclusos neste processo, ações de assessoria e mobilização, executadas sob várias abordagens como a grupal, a individual e a coletiva, sendo que seus instrumentos técnicos-operativos são os mais diversos como: reunião, entrevista, assembléia.

Segundo Silva (2000, p. 113) as profundas transformações contemporâneas decorrentes do capitalismo nas últimas décadas, afetam a divisão no âmbito do trabalho, assim como o Serviço Social. E isto faz com que as exigências da profissão passem por três dimensões:

- a) Consistente conhecimento teórico-metodológico, que propicie aos profissionais uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta;
- b) Realização dos compromissos ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, fundado nos valores democráticos e humanistas da participação política – liberdade, igualdade e justiça social – e nos valores de cidadania;
- c) Capacitação técnico-operacional, que possibilite a definição de estratégias e táticas na perspectiva da consolidação teórico-prática de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários, com a defesa dos direitos sociais, com a ampliação da esfera pública e com a construção de uma nova cidadania social, capaz de realizar e impulsionar novos direitos, mediante o fortalecimento da consciência de classe e da organização política, sindical e comunitária.

---

<sup>22</sup> Atualmente funcionando no endereço: Av. Mauro Ramos, 1277 – 3º andar – Centro - Florianópolis

Em vista disto, o Assistente Social se defronta com novos desafios, novas demandas, tornando-se um profissional mais propositivo e crítico, não limitando suas ações a execução de políticas públicas, pois conforme Yamamoto (1999), historicamente o perfil que predomina na profissão de Serviço Social é do profissional que implementa políticas sociais.

Além disso, ela destaca que:

Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais, um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (IAMAMOTO, 1999, p. 113).

Sendo assim, segundo Yazbeck (1999) torna-se notável a presença destes profissionais em Fóruns e Conselhos fortemente ligados às Políticas Sociais, seja no âmbito da defesa de direitos sociais dos usuários destas políticas, ou no controle social das mesmas.

O Assistente Social trabalha com as mais variadas expressões da questão social, porém, segundo Yamamoto (1999) um dos maiores desafios posto ao Assistente Social na atualidade, está em aumentar sua capacidade de interpretar a realidade e formar propostas de trabalho criativas e que tenha capacidade de manter e efetivar direitos, a partir de demandas que procedem no cotidiano.

Vivemos em uma sociedade em que o Estado está tornando-se cada vez mais ausente no que diz respeito ao enfrentamento das questões sociais, adotando uma política neoliberal, onde suas responsabilidades vão sendo transferidas para a sociedade civil.

Desta forma segundo Arcoverde (1999), as organizações da sociedade civil evoluem na medida em que organizam cooperativa de produção, prestam assessoria, capacitam lideranças, realizam campanhas (ONG's), além de terem um papel importante nas parcerias com o Governo.

A referida autora também coloca que:

A parceria, no entanto, como forma nova de gestão das respostas públicas/privadas às expressões da questão social, deve ser constantemente avaliada de forma a evitar o reforço nas políticas sociais das marcas do clientelismo, da privatização e da focalização (ARCOVERDE, 1999, p. 84-85).

Em decorrência da importância da participação da sociedade civil, é que torna-se primordial sua atuação em espaços como os Fóruns, ou seja, lutar pelo fortalecimento destes para a efetiva garantia dos direitos.

### 3 CONHECENDO AS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS E SUA ATUAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

#### 3.1 APRESENTANDO O CAMINHO METODOLÓGICO E O SUJEITO DA PESQUISA

De acordo com o parágrafo único do Art. 18 do Regimento Interno do FCPFVESIJ: “As Coordenações Municipais serão constituídas em todos os municípios do Estado, com dois a cinco coordenadores auxiliares”, ou seja, os 293 (duzentos e noventa e três) municípios de Santa Catarina deveriam ter uma Coordenação Municipal implantada.

Porém, consta nos arquivos de informática do FCPFVESIJ atualmente o registro de 248 (duzentos e quarenta e oito) Coordenações Municipais implantadas, contudo, durante levantamento realizado no período de estágio constatamos que somente 50 (cinquenta), possuíam informações atualizadas a partir de então viu-se a necessidade de realizar uma pesquisa exploratória de caráter quanti-qualitativo, que segundo Richardson (1999, p. 70; 79):

O método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.[...] A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa.

Optamos então por elaborar um questionário<sup>23</sup> contendo 14 (quatorze) questões abertas e fechadas, que foi enviado via e-mail<sup>24</sup>, para conhecer o nível de participação destas Coordenações, sua atuação frente ao fenômeno da violência e exploração sexual infanto-juvenil, e sua articulação junto as Coordenações Regionais e Coordenação Geral. Juntamente com os questionários, foi enviado um ofício aos participantes da pesquisa, salientando a importância deste trabalho, tanto para a acadêmica quanto para o fortalecimento e articulação deste espaço que é o FCPFVESIJ.

Vale ressaltar, que esta pesquisa foi realizada sob autorização da então diretora do

---

<sup>23</sup> APÊNDICE A

<sup>24</sup> Este procedimento deve-se ao fato de estarmos frente a um número elevado de municípios distribuídos por diferentes regiões do Estado



FCPFVESIJ, Dra. Helen Crystine Corrêa Sanches, a partir de um e-mail enviado para a mesma no dia 17 de setembro de 2007, utilizamos deste mecanismo, pois a então diretora reside no município de Lages (SC).

Inicialmente foi realizado um pré-teste para verificação da necessidade de possíveis ajustes, após o retorno deste pré-teste observamos que não foram necessárias alterações.

O questionário foi escolhido como melhor método para realizar a pesquisa, tendo em vista o grande número de participantes, pois segundo Kidder (1987, p. 17):

A vantagem principal do questionário é que eles são freqüentemente menos dispendiosos para se aplicar. Isto porque questionários são, na maioria das vezes, simplesmente enviados pelo correio ou fornecidos a grandes números de informantes simultaneamente.

Paralelamente ao questionário, utilizamos como procedimentos a pesquisa bibliográfica, que deu-se de forma dialética de complementaridade, dando embasamento para elaboração deste trabalho. Além disso, foi utilizada também a pesquisa documental, tendo como principais fontes: o Regimento Interno do FCPFVESIJ, os documentos das campanhas realizados pelas Coordenações Regionais e Municipais e as atas.

Destaca-se aqui a importância de realizar tal pesquisa, pois diante do número total de municípios do Estado (293), comparados aos em funcionamento (50), percebemos uma lacuna acerca da articulação, conscientização e visibilidade do fenômeno.

Com base nestas 50 (cinquenta) Coordenações Municipais é que obtivemos a nossa amostra, trabalhando com a hipótese de construirmos nossa análise a partir daquelas Coordenações que responderem o questionário.

Assim sendo, dos 50 (cinquenta) questionários enviados obtivemos o retorno de 19 (dezenove) verificando então um déficit de 31 (trinta e uma) Coordenações Municipais, ou seja, mais de 50% (cinquenta por cento) não deram um retorno.

As Coordenações Municipais que tivemos retorno são de: Rio Fortuna (AMUREL), São Bernardino (AMNOROESTE), Angelina (GRANFPOLIS), São João do Itaperiú (AMVALI), Passos Maia (AMAI), Leoberto Leal (GRANFPOLIS), Vitor Meireles (AMAVI), São Martinho (AMUREL), Sul Brasil (AMOSC), Rio do Oeste (AMAVI), Ita (AMAUC), Arroio Trinta (AMARP), Gaspar (AMMVI), Morro da Fumaça (AMREC), Presidente Nereu (AMAVI), Witmarsum (AMAVI), São Joaquim (AMURES), Treviso (AMREC) e Concórdia (AMAUC).

Cabe salientar que apesar do retorno destes questionários houve uma Coordenação Municipal que não o respondeu, informando que não havia recebido o primeiro e-mail da

pesquisadora e continuou:

*[...] eu não sou mais coordenadora municipal [...] e não existe mais um coordenador, portanto fica difícil preencher seu questionário. Na verdade sai porque a coordenação estadual não nos dava suporte... temos bastante caso de violência sexual no município. Algumas vezes precisei deste fórum para conseguir palestrante para fazer um trabalho por aqui e não consegui. Fica difícil a gente querer fazer um trabalho e não ter apoio do fórum. (Q. 19)*

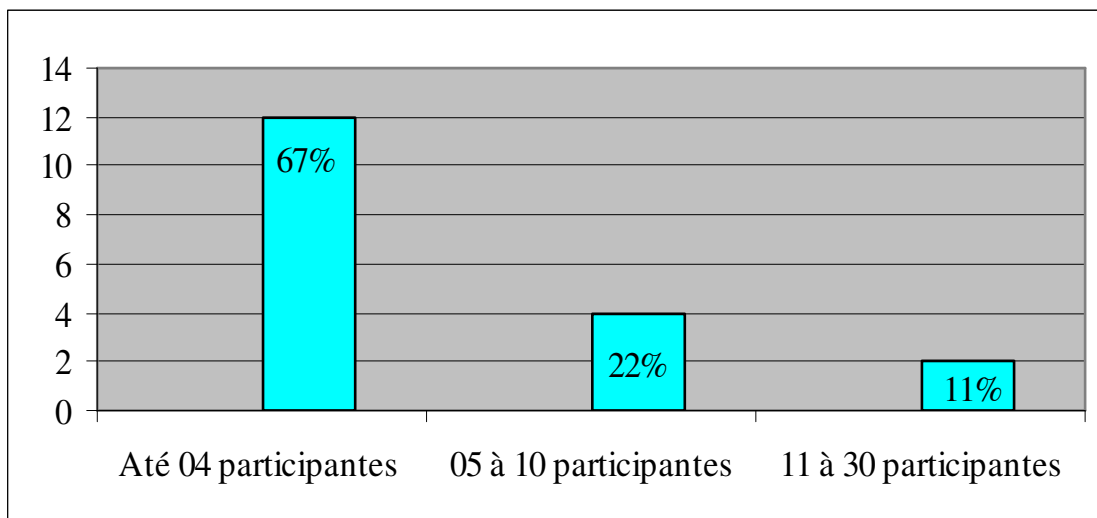
Cabe salientar que durante a análise dos questionários no decorrer deste trabalho, para que a identidade daqueles que responderam fosse mantida, utilizamos a letra Q e o número do respectivo questionário respondido como forma de identificação, lembrando que este número não corresponde a seqüência especificada acima, foi uma forma que utilizamos para nos guiar nas análises. Apesar de identificarmos acima quais os municípios que obtivemos retorno, não identificamos quais foram suas respostas.

A devolutiva dos resultados se dará através da entrega desta pesquisa ao FCPFVESIJ, bem como àqueles que fizeram parte desta. Além disso, será apresentada de forma oral na reunião do FCPFVESIJ.

### 3.2 CONHECENDO AS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS COORDENADORES

Para então conhecer o nível de participação das Coordenações Municipais, levantamos questões acerca do número de: total de participantes; participantes da sociedade civil; participantes do Estado; o grau de instrução; a periodicidade da capacitação, além de questionarmos sobre a sua visão a respeito do profissional estar capacitado para atuar frente ao fenômeno.

Inicialmente, foi levantado o número de participantes da Coordenação Municipal, e obtivemos os dados conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

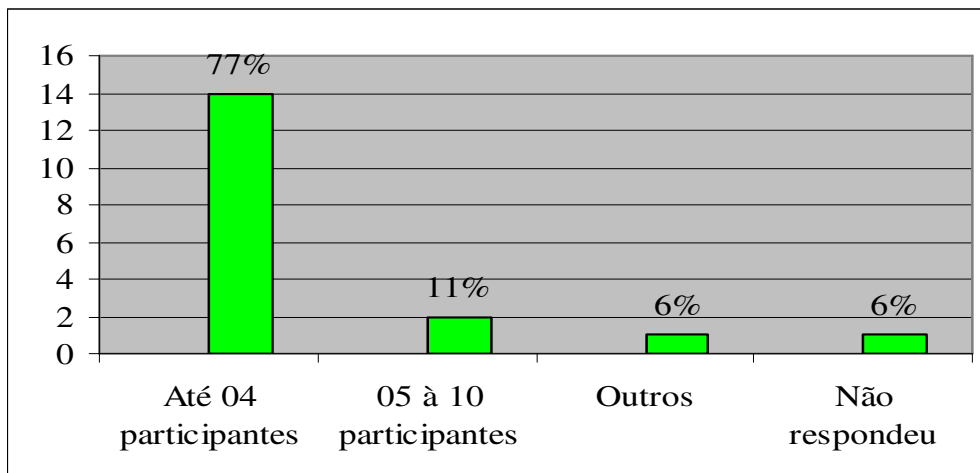
### **Gráfico 1 – Número de participantes da Coordenação Municipal**

Observamos no gráfico 1 que dos 18 (dezoito) questionários respondidos, 67% possuem até 04 participantes nas Coordenações Municipais; 22% têm de 05 a 10 participantes. 11%, possuem de 11 à 30 participantes.

Assim sendo podemos constatar a contradição relativo a tal aspecto, pois o FCPFVESIJ é idealizado como um espaço de democracia participativa, porém a participação na maioria dos municípios é ínfima.

Contrapondo-se e não conseguindo seguir os benefícios apontados por alguns estudiosos da temática Carole Pateman (1992 apud Brandão 1997) aponta que aqueles que participam criam um senso de eficácia ou competência política capaz de tornar sua ação ainda mais consciente em comparação aos limites e alcance da mesma

Na seqüência, questionamos quantos participantes da sociedade civil compõem a Coordenação Municipal, sendo que obtivemos os dados conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### **Gráfico 2 - Número de participantes da sociedade civil que compõem a Coordenação Municipal**

Percebemos através do gráfico 2 que, 77% têm como participantes da sociedade civil até 04 membros; 11% constam a participação de 05 à 10 membros; 6% dos questionários não responderam a esta questão, e 6% responderam a alternativa outros, porém não especificaram quantos da sociedade civil participam.

Cabe salientar que, com relação aos participantes, o Regimento Interno do FCPFVESIJ nos traz que:

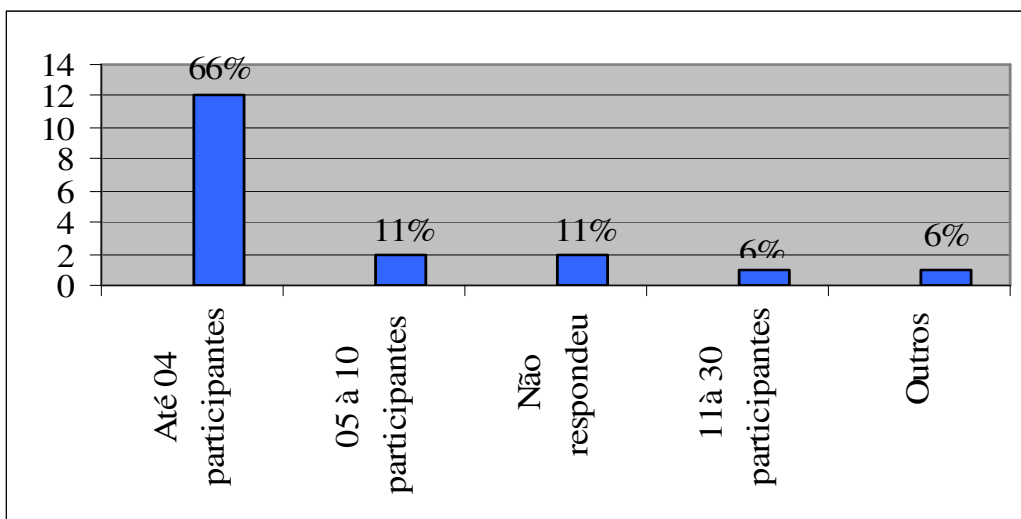
- Art. 12 – Poderão participar do Fórum as seguintes categorias:
- I – Organizações e pessoas fundadoras, que assinaram a ata compromisso de instalação do Fórum, no dia 16/05/1998;
  - II – Organizações governamentais e não governamentais, entidades públicas ou privadas, que oficializarem por escrito a adesão ao Fórum;
  - III – Pessoas físicas que oficializarem, por escrito a adesão ao Fórum.

Na compreensão de Gohn (2002, p. 319): “[...] na atualidade, o termo sociedade civil também não é homogêneo e nem é composto por atores com o mesmo entendimento dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade”.

Apesar da participação da sociedade civil, é importante nos atentarmos à relação entre Estado e sociedade civil, pois apesar dos novos modelos adotados pela esfera pública, no que diz respeito à intervenção do indivíduo dentro da política, ainda percebe-se um processo fragilizado e com interesses distorcidos. Pois nesta transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, muitas vezes espaços como fóruns, ong’s, entre outros, e

indivíduos não estão qualificados para compreender a demanda com a qual estão lidando, podendo criar assim um espaço despolitizado.

Deste modo, partimos para questionarmos quantos participantes governamentais compõem a Coordenação Municipal, sendo que alcançamos como resultado o gráfico a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### Gráfico 3 - Número de participantes do governo que compõem a Coordenação Municipal

O gráfico 3 demonstra que 66% das Coordenações possuem até 04 membros do Estado; 11% não responderam; 11% possuem de 05 à 10 participantes do Estado; 6% tem de 11 à 30 participantes e 6% escolheram a alternativa outros, contudo não especificando a quantidade de participantes do Estado.

Em relação a tal aspecto, Teixeira (2003) aborda que a partir do processo de democratização, inicia-se a capacidade de um diálogo entre o Estado e as organizações da sociedade civil, fazendo com que as mesmas não apenas critiquem as orientações políticas dos governos, mas também se envolvam com a elaboração de políticas públicas. Em vista disso, o Estado, envolto na tecnoburocracia, se viu forçado a fundamentar suas ações e abrir canais para incluir cada vez mais demandas sociais.

Segundo Silva (2005) o Estado, por um lado, reconhece o processo de participação da sociedade civil, por outro, não incentiva que a mesma tome parte, efetivamente, das ações e decisões nos processos de gestão das políticas públicas, pois muitas vezes os mecanismos utilizados pelo Estado são impopulares, não sendo alcançados pelos cidadãos, haja vista que o aparelho estatal almeja elaborar políticas e governar em nome de todos.

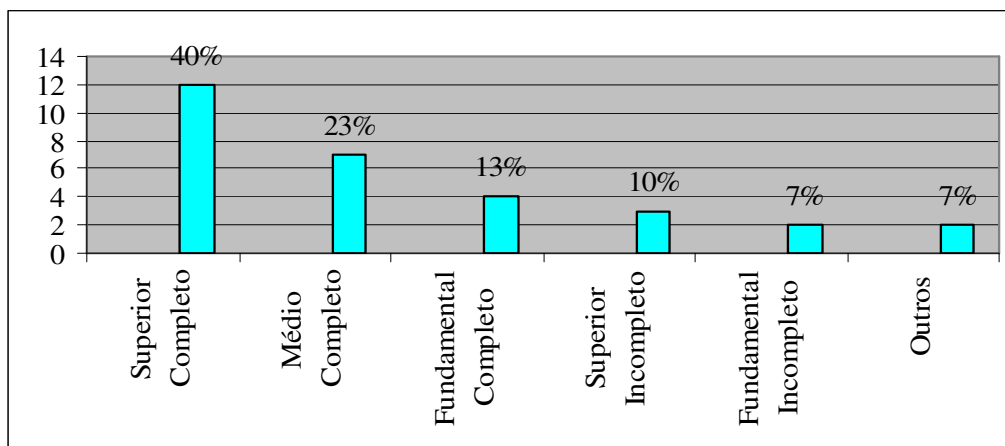
Os Fóruns, neste caso em especial o FCPFVESIJ, apresenta-se através dos gráficos 02 e 03 como espaço onde governo e sociedade civil encontram-se para articular e executar ações.

A questão da participação perpassa vários aspectos, e alguns teóricos debruçaram seus estudos sobre a temática em questão, entre eles citaremos alguns como: Schumpeter (apud PATEMAN, 1992), que acredita que o voto para o líder e a discussão, são os únicos meios abertos ao cidadão para participação, e esta por sua vez, não possui um papel especial ou central na sua teoria de democracia. Já para Bentham e Mill (apud PATEMAN, 1992, p.32): “A participação tinha uma função apenas protetora; assegurava proteção aos interesses privados de cada cidadão (sendo o interesse universal uma mera soma dos interesses individuais)”.

Além disso, Pateman (1992, p. 42), ressalta que:

Mais importante é a experiência da participação na própria tomada de decisões, e a complexa totalidade de resultados a que parece conduzir, tanto para o indivíduo quanto para o sistema político como um todo; tal experiência integra o indivíduo a sua sociedade e constitui o instrumental para transformá-la numa verdadeira comunidade.

Os Coordenadores Municipais também foram questionados quanto ao grau de instrução dos participantes, sendo que obtivemos os resultados descritos no gráfico a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

#### **Gráfico 4 - Grau de instrução dos participantes**

Conforme demonstra o gráfico 4, há um número considerável que possui o ensino superior completo, ou seja, 40%, daqueles que participam das Coordenações Municipais; 23% têm o ensino médio completo; 13% possuem o ensino fundamental completo; 10% têm o

ensino superior incompleto; 7% têm o ensino fundamental incompleto; 7% responderam outros, onde especificaram como:

*Q. 01 – “Auxiliar de enfermagem, e cursos técnicos na área da saúde”*

*Q. 06 – “Cursando pós-graduação”*

*Q. 15 – “Em relação somente a mim, só participei de um seminário, não sei se conta”*

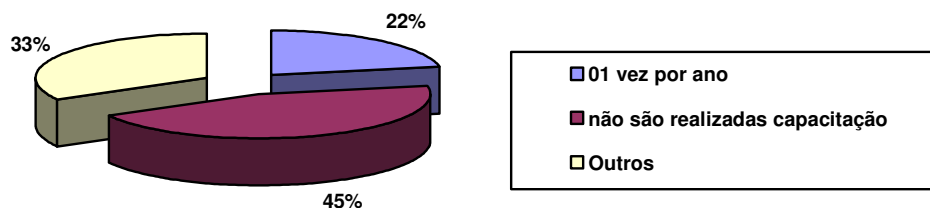
Cabe salientar que, na questão especificada acima, muitos Coordenadores responderam mais de uma alternativa.

Percebemos o número elevado de participantes que possuem o ensino superior completo, o que nos leva a uma dupla interpretação, por um lado a possibilidade de diversos saberes reunidos com olhar focado para o mesmo objeto, e por outro nos remete a refletir a possível eletização dos espaços participativos.

Assim concordamos com Melo e Almeida (1999, p. 233) que precisamos de “uma prática interdisciplinar que busque superar a alienação e exclusão sociais, a partir dos debates plurais com os diferentes [...]”.

Da mesma forma Claudino (2007) nos traz que para garantir a participação popular faz-se necessário estabelecer estratégias que aumentem os fóruns de discussões e decisões, trazendo à cena o cidadão comum, se não for assim a representação e a participação popular inexistem.

Assim sendo, para que a participação neste espaço tenha continuidade, é necessário que seja pensada a lógica educativa e qualificada, objetivando capacitar o sujeito para que ele entenda o processo como um todo, desta forma, outra questão indagada no questionário refere-se a capacitação dos participantes das respectivas Coordenações Municipais, sendo que foi obtido os dados a seguir relacionados:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

**Gráfico 5 - Periodicidade da capacitação dos participantes da Coordenação Municipal**

Verificamos no gráfico nº. 5 que 45% das Coordenações Municipais não realizam capacitação; 22% realizam capacitação 01 vez por ano; e 33% responderam outros períodos em que realizam sua capacitação, e assim especificaram:

*Q. 01 – “Há apenas reuniões e repasses de materiais”*

*Q. 09 – “De duas a três vezes ao ano”*

*Q. 14 – “Conforme calendário definido em torno de duas ao ano”*

*Q. 15 – “Nunca participei, sei que haverá dia 28/09 e nesta estarei presente”*

*Q. 16 – “Através de encontros e Conferências”*

*Q. 18 – “As capacitações ocorrem juntamente com outros setores da rede de atendimento, não há capacitação exclusiva para os integrantes do fórum”*

Constatamos a partir dos dados acima como é ínfima a questão de capacitação no que diz respeito ao enfrentamento do fenômeno, fato este que se torna alarmante, pois necessitamos de pessoas com conhecimentos e habilidades capazes de atuar de forma articulada na formulação e no combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil. Pois muitas pessoas imbuídas do senso comum acabam por distanciar-se deste processo, não possuindo assim uma visão da totalidade do fenômeno e suas particularidades.

Percebemos então, que o Art. 11 do Regimento Interno não está sendo cumprido, ou está sendo insuficiente, pois este artigo nos traz que os Seminários Estaduais e Regionais servirão para capacitação de voluntários e da sociedade em geral.

Segundo Dagnino (2002, p. 284) “essa necessidade de uma qualificação técnica específica tem se revelado um desafio importante para a sociedade civil não só porque ela é condição necessária para uma participação efetiva mas também pelas implicações que ela tem assumido na prática”.

Seguindo esta perspectiva questionamos aos Coordenadores Municipais, como eles percebem a necessidade do participante estar capacitado e/ou preparado para atuar frente à questão da violência e exploração sexual infanto-juvenil, sendo que obtivemos os mais diversos resultados, e a maioria percebe que há necessidade sim do profissional estar capacitado para atuar frente ao fenômeno, conforme algumas falas em destaque:

*- Os Coordenadores devem estar em constante capacitação para que possam estar atualizados sobre as leis e os acontecimentos municipais, estaduais e no âmbito federal, podendo assim repassar informações corretas a outras pessoas com objetivo de divulgar e prevenir a exploração sexual infanto-juvenil em nosso município e região (Q. 04)*

*- Penso que é essencial estarmos capacitados para tratar deste tema que é sem dúvida um dos mais difíceis, uma vez que, na maioria dos casos a violência acontece dentro de casa, e as vítimas são ameaçadas e coagidas [...] (Q. 08)*

*- Entendo a capacitação como essencial para os Conselheiros, só*



*capacitados saberão diferenciar a violência da exploração, atuarão com consciência e saberão que órgão recorrer, referente ao direito violado. (Q. 16)*

Houve também aqueles vêm que a capacitação é importante, porém constatam que esta não existe, conforme algumas falas abaixo:

- *Seria de grande importância se existisse a capacitação (Q.03).*
- *Sentimos muito sem a capacitação, percebo e preciso muito ser capacitado para que possamos fazer um trabalho mais de qualidade para a nossa sociedade e para que possamos fazer também campanhas de conscientização e para que nossas crianças e adolescentes tenham mais proteção (Q. 02)*
- *Com certeza, a capacitação para os Coordenadores Municipais são insuficientes ou quase inexistentes, sendo que deveria partir da Coordenação Estadual mais apoio (capacitação para os coordenadores municipais), com despesas custeadas, talvez, com o apoio da Coordenação e do próprio Estado e das Prefeituras. (Q. 06)*

Salientamos ainda, que houve respostas que não demonstraram sua opinião a respeito do questionamento, conforme segue:

- *Nas perguntas feitas pelas crianças, respondemos conforme nossa sabedoria de no caso eu sou pedagoga, mas não tenho nenhum curso específico sobre esta área (Q.07).*
- *Necessitamos de cursos, congressos, seminários, além de reuniões de coordenadores regionais e estaduais. Necessitamos de material como livros, filmes, reportagens, etc. Até hoje não descobri o que o tal de PAIR produziu de referências. (Q. 12)*

Percebemos a partir das respostas obtidas, como é essencial participar de cursos, palestras, seminários, e outros eventos para que os profissionais possam estar imbuídos de conhecimentos acerca do fenômeno, apesar de não haver uma pessoa ou empresa que seja responsável por tal ação, porém os seminários estaduais e regionais servem, ou pelo menos deveriam servir, para capacitação dos membros do FCPFVESIJ.

Estar capacitado para atuar frente a este fenômeno é de suma importância, pois possibilita ao indivíduo atuar de forma correta em casos de suspeita ou indícios da ocorrência de tal crime, isto não significa que os Coordenadores deverão assumir o lugar de técnicos especializados para lidar com tal questão, porém estar apto para efetivar e ampliar o número de denúncias.

Conforme aborda Silva e Stanisci (2000) a violência sexual contra crianças e adolescentes está revestida de uma vasta complexidade. Suas interfaces necessitam ser

analisadas de modo abrangente e articulado, além de serem inúmeras. É um problema que não se restringe à determinados grupos, é uma questão mundial. Alcançando todas as camadas sociais e em diversas áreas.

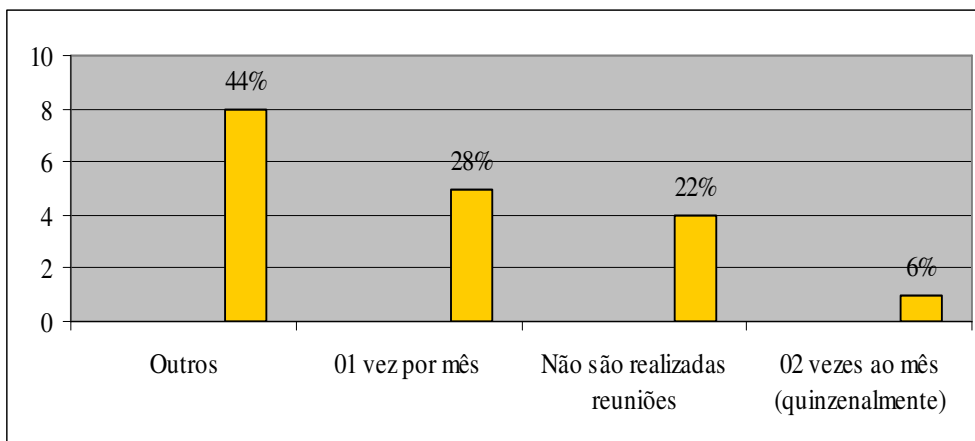
Segundo Silva (2005) a participação deve ser trabalhada de modo que os sujeitos não se tornem meros participantes, e sim que sejam “atores sociais ativos, propositivos e qualificados” capazes de construir uma análise crítica da violência e exploração sexual infanto-juvenil, assim como o enfrentamento do fenômeno.

Em vista disto, a capacitação faz-se necessário para que o sujeito que está à frente de uma temática tão delicada esteja preparado, pois assim estará apto a compreender o processo como um todo, auxiliando na ampliação da cidadania e garantia dos direitos, fortalecendo espaços de mobilização e articulação como o FCPFVESIJ.

### 3.2.1 Dinâmica de funcionamento das Coordenações Municipais

Para conhecermos a dinâmica de funcionamento das Coordenações Municipais, foram elaboradas questões referentes à: realização de reuniões e sua periodicidade, conhecer sua infra-estrutura e quais entidades possuem parcerias firmadas, além de saber desde quando há o funcionamento de tais Coordenações (data de fundação)

A princípio então foi indagado a respeito da realização de reuniões e sua periodicidade, onde conseguimos os dados relacionados a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

**Gráfico 6 - São realizadas reuniões? Qual a periodicidade?**

Observamos através do gráfico 6 que 44% das Coordenações Municipais responderam outros, ou seja, realizam reuniões em outra periodicidade que não estava especificada na pergunta, desta forma, alguns destacaram que suas reuniões acontecem em torno de uma periodicidade bimestral, e outros só em períodos de campanhas. 28% responderam que realizam reuniões 01 vez por mês; 22% não realizam reuniões; 6% realizam 02 vezes ao mês (quinzenalmente).

Constatamos a partir dos dados obtidos acima que as Coordenações Municipais não seguem o Regimento Interno do FCPFVESIJ no que diz respeito as reuniões, conforme a seguir:

Art. 16 – A coordenação estadual e os coordenadores regionais se reunirão trimestralmente, em caráter ordinários, e extraordinário quando convocados pela primeira ou por 50% das coordenações regionais.

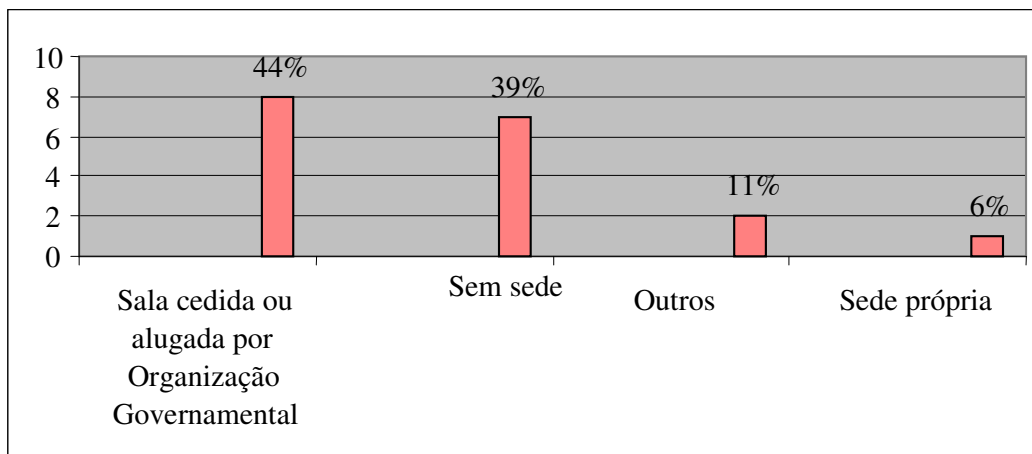
Parágrafo único – As Coordenações Regionais e as respectivas Coordenações Municipais reunir-se-ão trimestralmente, se possível, sempre após as reuniões estaduais.

No entanto, somente um questionário está de acordo: *“Reunião ampliada a cada 03 meses, com a comissão quando necessário” (Q. 18)*

Percebemos então, quão poucas são as reuniões realizadas, quando são, pelas Coordenações, ressaltando a importância da reunião em um grupo, conforme destaca Minicucci (1992, p. 21):

Quando participamos de um grupo (sindical, político, religioso, esportivo, escolar, comunitário, de condomínio), nos comprometemos a ser solidários com os objetivos de nosso grupo, a participar de reuniões. Isso nos leva a tomar uma consciência mais nítida para assumir e desempenhar os objetivos do grupo, mesmo que estejamos em desacordo parcial com os métodos ou meios de ação.

Importante também conhecer a infra-estrutura da entidade, onde obtivemos os resultados descritos a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### Gráfico 7 - Infra-estrutura

Verificamos através do gráfico 7 que 44% das Coordenações Municipais utilizam-se de sala cedida ou alugada por Organização Governamental; 39% não possuem sede; 6% possuem sede própria; 11% utilizam-se de outras formas de infra-estrutura conforme especificado pelos Coordenadores:

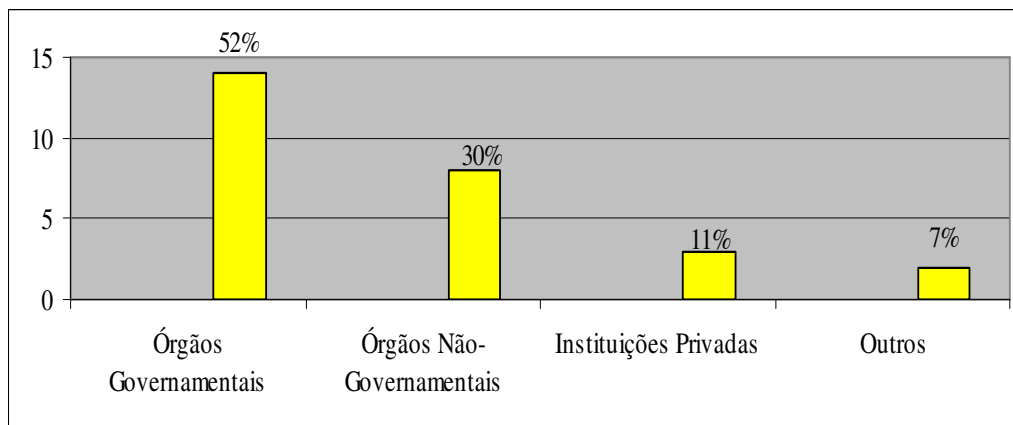
*Q. 01 - “Sede do Conselho Tutelar e sede da Secretaria Municipal de saúde”*

*Q. 08 - “Espaço utilizado pela Secretaria de Assistência Social”*

Percebemos que a maioria dos espaços físicos utilizados pelo FCPFVESIJ são cedidos por Organizações Governamentais, nos levando a concordar com Teixeira (2003, p. 180) que acredita que:

[...] A pressão exercida pelas organizações da sociedade são fundamentais para um projeto ser participativo, mas é fundamental também que a concepção de participação – como poder compartilhado, como co-responsabilidade e respeito da autonomia da organização – seja compartilhada por quem ocupa os órgãos governamentais.

Partimos então para conhecer as entidades que formam parcerias com as Coordenações Municipais, e constatamos os resultados conforme segue:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### Gráfico 8 - Entidades parceiras das Coordenações Municipais

O gráfico 8 nos traz que 52% das entidades parceiras são Órgãos Governamentais, sendo que alguns Coordenadores especificaram quais eram esses Órgãos, entre eles estão: Prefeituras, Secretarias Municipais, Escolas, Polícia Militar, entre outros. E 30% das parcerias são Órgãos Não-Governamentais, que são especificados por alguns Coordenadores como: Conselhos Tutelares, Pastoral da Criança, Cáritas, entre outros. Observa-se também que 11% correspondem à Instituições Privadas, identificadas através dos Coordenadores como: Jornais, Escolas, Empresas Privadas, entre outros. E 7% responderam outros especificando que:

*Q. 11 - “Não há parcerias”*

*Q. 15 - “Não há, não funciona no município”*

*Q. 18 - “Área da Segurança Pública, Polícia Civil e Militar”.*

Cabe ressaltar que alguns Coordenadores responderam mais de uma alternativa. Além disso, percebemos que a maioria possui parceria firmada com Órgãos Governamentais, índice se iguala ao gráfico 7 (página 68), ou seja, as parcerias e os espaços físicos ocupados pelo FCPFVESIJ são originados dos Órgãos Governamentais.

A concepção de parceria, abordado aqui, diz respeito as formas de atuação em conjunto para o combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil, se fazendo presentes através de doação de espaços para funcionamento da Coordenação Municipal, cooperação nos custos de realização de campanhas, auxiliando na mobilização de toda a sociedade, entre outros.

Sendo assim, constatamos a parceria existente entre governo e sociedade civil, onde Nogueira (2004, p. 147) aborda que:

*A gestão participativa opera em termos descentralizados e fomenta parcerias,*

dentro e fora do Estado, isto é, entre as organizações públicas e entre estas e a sociedade civil. [...] Parcerias também não deveriam servir como veículos de transferência de obrigações ou de recursos públicos para organizações não-governamentais em nome de uma alegada ‘agilização’ do processo de formulação e de implementação de políticas sociais, nem para reconfigurá-las a partir de parâmetros não-estatais, estranhos à comunidade política.

Partimos então para indagarmos a respeito da data de fundação das respectivas Coordenações, e as respostas obtidas foram as mais diversas.

O Fórum Catarinense, conforme já especificado neste trabalho, iniciou suas atividades em maio de 1998, porém, ao indagarmos a respeito do início das atividades das Coordenações Municipais àqueles que participaram desta pesquisa, obtivemos dados que se referem à instalação destas Coordenações antes mesmo da criação do Fórum, conforme a seguir:

*Q. 10 – “25 de junho de 1992”*

*Q. 12 – “1997”*

*Q. 16 – “01/07/1993”*

Alguns dados obtidos nos levam à verificar as limitações dos registros dos documentos do FCPFVESIJ, com respostas como:

*Q. 01 – “Encontramos registros de reuniões sobre o tema desde setembro de 1998, no entanto não temos certeza da data de formação da 1ª Coordenação Municipal”*

*Q. 07 – “Não temos data de fundação ela foi formada a partir do ano em que nós conselheiros assumimos o conselho deste município 2005”*

*Q. 15 – “Nunca fui empossada, não sei, a ex-coordenadora não passou informações a respeito do Fórum”*

Além disso, houve também aqueles em que não souberam responder a tal questionamento, ou não entenderam a pergunta, conforme segue abaixo:

*Q. 03 – “Não entendemos a pergunta”*

*Q. 04 – “Desenvolver ações no município que estimulem a prevenção e combate a exploração sexual infante-juvenil”*

Poucos são aqueles que foram criados logo após a fundação do Fórum Catarinense, conforme a seguir:

*Q. 05 – “03 de agosto de 1998”*

*Q. 06 – “setembro de 2002”*

*Q. 18 – “Em 2003, com mais atuação. Além disso, a coordenação existia, porém, menos conhecida”.*

Apesar da implantação do FCPFVESIJ em 1998, muitas Coordenações Municipais só foram implantadas quase uma década depois, conforme segue:

*Q. 02 – “Maio de 2007”*

- Q. 09 – “08/03/2006”  
Q. 13 – “Maio de 2006”  
Q. 14 – “Maio de 2004”  
Q. 17 – “04 de Maio de 2006”

Constatamos ainda que há Coordenadores que não tem consciência de seu papel frente ao combate à este fenômeno, conforme demonstra a resposta abaixo:

*Infelizmente só sei que meu nome foi colocado como coordenador em virtude de não haver outro nome. A data certa eu não recordo e nem tenho controle. Estarei pedindo brevemente o meu afastamento desta coordenação e estarei repassando para pessoas mais habilitadas e com mais tempo disponível (Q. 11)*

Cabe salientar que o Q. 08 não respondeu a esta pergunta.

Conforme foi abordado no início desta seção, ao ser implantado o FCPFVESIJ teve como um de seus objetivos a implantação de pelo menos uma Coordenação Municipal em cada município do Estado, porém, o que podemos constatar é que alguns locais implantaram sua Coordenação Municipal somente há pouco tempo, salientando ainda que muitos municípios não possuem o FCPFVESIJ implantado.

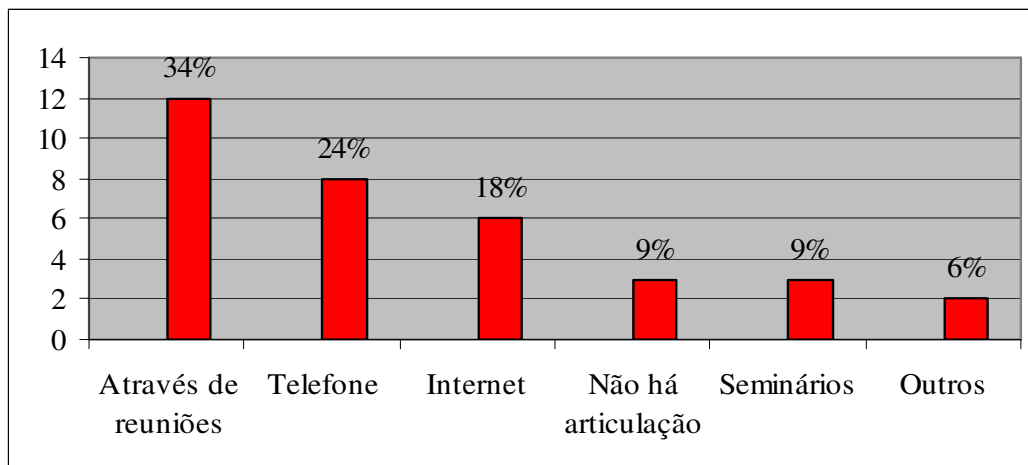
Neste contexto, constatamos que a dinâmica de funcionamento das Coordenações Municipais abarcadas nesta pesquisa, se dá como um espaço em que são realizadas reuniões, apesar de não ser uma constante; seu espaço físico e suas parcerias estão na sua maioria ligados à Organizações Governamentais, e o início de seu funcionamento é muito diversificado.

Desta forma, partiremos então para analisar a forma de articulação das Coordenações Municipais com as Coordenações Regionais e a Coordenação Geral.

### 3.3 ARTICULAÇÃO ENTRE AS COORDENAÇÕES (GERAL, REGIONAL E MUNICIPAL)

Para que se possa realizar um trabalho eficaz faz-se necessário que todas as Coordenações (Geral, Regional e Municipal) estejam articuladas de forma a fortalecer o FCPFVESIJ em sua totalidade.

Instigados a conhecer como se dá a articulação da Coordenação Municipal com sua respectiva Coordenação Regional, obtivemos os resultados descritos a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### Gráfico 9 - Articulação com as Coordenações Regionais

Constatamos através do gráfico 9 que 34% dos questionários respondidos realizam articulação com as Coordenações Regionais através de reuniões; 24% correspondem àquelas realizadas por telefone; 18% por internet; 9% através de seminários; 9% responderam que não há articulação; 6% responderam outros especificando:

*Q. 01 - “Secretaria Municipal de Saúde (transporte de materiais)”*  
*Q. 12 - “Visita (contato pessoal)”*

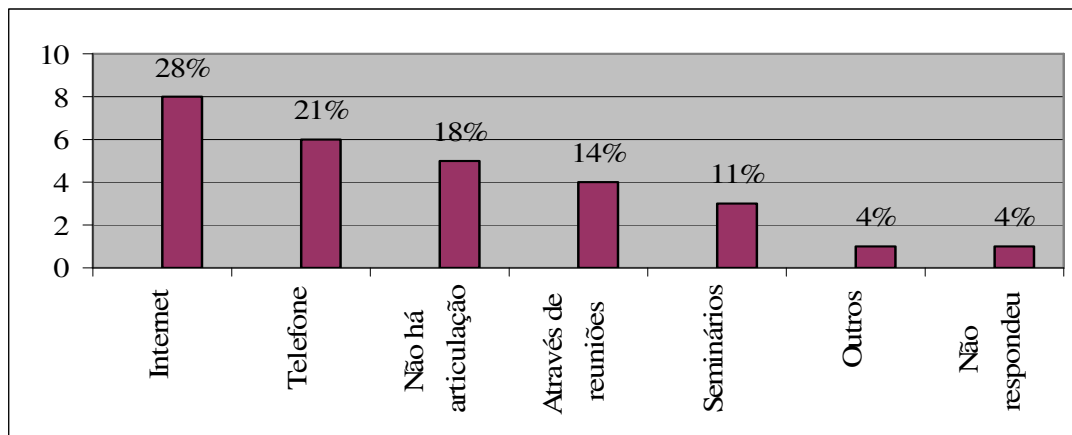
Ressaltamos que nesta questão alguns Coordenadores Municipais responderam mais de uma questão.

A articulação aqui abordada, diz respeito a discussão, troca de informações, e atividades que são desenvolvidas entre as Coordenações, pois as Coordenações Municipais são uma extensão da Coordenação Geral, e esta passa suas informações, para as Coordenações Regionais que por sua vez repassam para as Coordenações Municipais, pois atuando em conjunto poderão realizar um bom trabalho, alcançando assim um maior número de pessoas que tomam conhecimento a respeito do fenômeno.

Percebemos então que a articulação entre as Coordenações Municipais com as Coordenações Regionais se dá por meio de reuniões, isto pode ser pelo fato das Coordenações Municipais estarem mais próximas das Coordenações Regionais.

Partimos então para conhecer a articulação das Coordenações Municipais com a Coordenação Geral, e alcançamos os resultados conforme segue:





Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
 Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### Gráfico 10 - Articulação com a Coordenação Geral

O gráfico 10 demonstra que 28% das articulações realizadas entre as Coordenações Municipais e a Geral se dá através da internet; 21% por telefone; 18% respondeu que não há articulação; 14% através de reuniões; 11% por meio de seminários; 4% não responderam; 4% responderam outros especificando que sua articulação se dá através de:

*Q. 12 - "Contato pessoal (visita)".*

Destacamos que nesta questão alguns Coordenadores responderam mais de uma questão.

Constatamos que a articulação com a Coordenação Geral se dá por intermédio da internet, esta fato pode ser resultado da localização da Coordenação Geral está instalada no município de Florianópolis, e as Coordenações Municipais estão distribuídas por vários municípios do Estado, tornando-se assim a internet o meio mais fácil e rápido de comunicação e troca de informações com a Coordenação Geral.

Porém cabe salientar, que ainda destacam-se alguns índices no que diz respeito a não articulação, ou seja, apesar dos avanços tecnológicos para facilitar a troca de informações e discussão entre as Coordenações, percebemos que este índice ainda é elevado, ficando assim um percentual de 18% no gráfico nº. 10, sendo que nas Coordenações Regionais este índice não ultrapassou de 9%.

Este fator pode ser resultante de uma infra-estrutura precária, ou inexistente, conforme ficou evidente no gráfico nº. 07, ou seja, apesar da maioria possuir sala cedida ou alugada por organização governamental, esta por sua vez, pode não oferecer suporte técnico-operativo para que as ações do FCPFVESIJ sejam realizadas.

Não obstante, a diferença entre os índices daqueles que possuem sede própria para

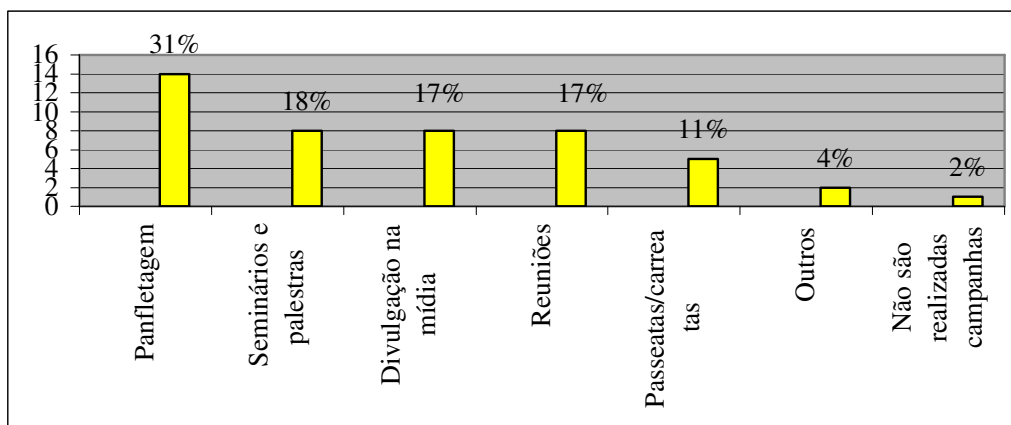
aqueles sem sede é muito pequeno, e este pode ser mais um dos fatores que agrava a articulação, pois se não possuir equipamentos, e uma infra-estrutura suficiente, não há como realizar um trabalho adequado.

Para conhecer as formas que as Coordenações Municipais atuam frente ao fenômeno da violência e exploração sexual infanto-juvenil, questionamos quais atividades que desenvolvem para atingir tal objetivo.

### 3.4 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DAS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL.

O FCPFVESIJ realiza anualmente duas campanhas de mobilização, que são o Dia Nacional (18/05) e o Dia Estadual (24/09) de combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil, essas ações se dão através de diversas atividades (panfletagem, seminários, palestras, etc.), e todas as Coordenações devem, ou pelo menos deveriam, realizar tais ações.

Neste contexto, foram indagados a respeito de qual forma realizam suas atividades, e o gráfico a seguir nos traz os resultados obtidos:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais  
Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

#### **Gráfico 11 - Formas de realização das campanhas**

Constatamos através do gráfico 11 que panfletagem foi a atividade mais realizada alcançando um percentual de 31%; 18% seminários e palestras; 17% são reuniões; 17% divulgação na mídia; 11% passeatas/carreatas; 4% responderam outros e especificaram que são realizadas atividades através de:

*Q. 01 – “Abordagem de veículos com orientação aos ocupantes do mesmo, distribuição de faixas pela cidade, orientação às famílias através dos agentes comunitários”*

*Q. 07 – “Pedágio, visitas nas escolas e orientação aos alunos destas”*

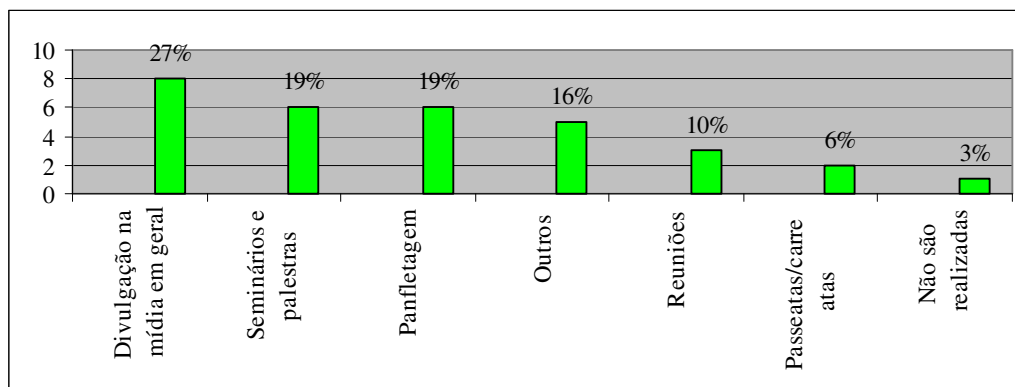
*Q. 15 – “Em nível regional, no município não acontece”*

Em 2% não são realizadas campanhas. Cabe salientar que essa questão teve várias alternativas assinaladas.

Constatamos que a atividade mais desenvolvida é a panfletagem, pois torna-se um dos meios mais fáceis e rápido de fazer com que as pessoas tenham conhecimento sobre o fenômeno, trazendo informações e orientando sobre as atitudes corretas a serem tomadas em caso de suspeita de violência sexual.

Não desmerecendo as outras atividades que são primordiais no combate à este crime. Esta atividade é a mais desenvolvida pelo fato da Coordenação Geral nestas datas de campanhas, enviar materiais como panfletos, folders, adesivos, para que as Coordenações Regionais e Municipais possam realizar suas campanhas em seus municípios.

Além destas atividades, foi indagado quais outras atividades são realizadas além das campanhas oficiais, e foram obtidos os resultados a seguir:



Fonte: Questionário das Coordenações Municipais

Elaboração: Marilene Mercedes Silveira – Florianópolis/SC – 2007

### **Gráfico 12 - Outras atividades realizadas além das Campanhas Oficiais**

No gráfico12, podemos perceber que atividade que mais se destaca é a divulgação na mídia em geral com 27%; 19% realizam panfletagem; 19% realizam seminários e palestras; 16% realizam outras atividades, conforme mencionados a seguir:

*Q. 01 – “Esclarecimentos e conscientização junto aos atendimentos do Conselho Tutelar”*

*Q. 07 – “Quando se faz a divulgação das atribuições do Conselho Tutelar levamos os panfletos da campanha contra violência e exploração”*

*Q. 13 – “Capacitação com professores e palestras preventivas para alunos de escolas da rede municipal, estadual e particular”, nesta resposta constatamos um dos artigos do Regimento Interno do Fórum Catarinense estar sendo cumprido, ou seja:*

*Art. 1º - Conscientização de todos sobre a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que devem ser combatidas por todos através de ações a serem realizadas em escolas, associações de moradores, igrejas, grupos de jovens e outras entidades.*

*Q. 15 – “Em nível regional, no município não acontece”*

Ainda no gráfico nº. 12 constata-se que 10% são reuniões; 6% passeatas/carreatas; 3% não realizam nenhuma atividade.

Percebemos através do gráfico acima, que as Coordenações Municipais não se prendem somente às campanhas oficiais, fato este muito importante, pois possibilita outras formas de atuação que não fiquem somente na realização de uma forma de atividade, e a divulgação na mídia é primordial, pois é uma das fontes de informações mais utilizadas e mais acessíveis, seja ela impressa, escrita ou televisiva, pois está ao alcance de todos, além disso vem de encontro ao Regimento Interno do FCPFVESIJ que diz: “Art. 9º - Articular-se com a mídia para fazer campanhas visando a aumentar a consciência social”.

Constatamos então que as Coordenações realizam suas atividades, levando ao conhecimento de todos a questão da violência e exploração sexual infanto-juvenil e suas conseqüências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão efetivada neste trabalho levantou aspectos relevantes referente a participação da sociedade civil e organizações do governo, no combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil.

Ao discorrer sobre a temática da violência e exploração sexual infanto-juvenil percebemos que é um tema ainda muito delicado, não só pelo fato do sexo ainda ser tratado como tabu pela sociedade, como esta problemática é uma violação ao desenvolvimento físico, psíquico, social e sexual da criança e do adolescente.

Não obstante, este fenômeno ocorre na maioria dos casos no ambiente familiar, corrompendo vínculos e transfigurando papéis, local onde se deveria esperar maior proteção, carinho e afeto, é o local em que a perpetuação do silêncio se dá de forma mais fácil, fato este também como consequência de uma cultura machista e adultocêntrica da qual fazemos parte.

E por isso, a sociedade civil, assim como o Estado, devem unir-se para defender os direitos das crianças e adolescentes, não deixando sob sua responsabilidade proteger-se dos agressores.

Assim sendo, o FCPFVESIJ surgiu com o objetivo mobilizar e articular com a sociedade, dando visibilidade ao fenômeno e assim tentar coibir esta problemática que traz consequências físicas e emocionais que podem marcar para a vida toda.

Percebemos no transcorrer deste trabalho que a questão da participação se faz de extrema importância, visto que o FCPFVESIJ é um espaço de discussão e mobilização, porém constatamos que com o passar dos anos este espaço foi-se esvaziando, em vista disto objetivou-se com este trabalho verificar o nível de participação e articulação neste âmbito.

Durante o trabalho foi levantada a forma como se deu a participação das Coordenações Regionais, onde observamos que a Coordenação Regional que mais se fez presente nestes últimos nove anos foi a GRANFPOLIS, onde atuou em seis anos de campanhas, seguido da AMERIOS, AMOSC, AMARP, AMURC, AMAVI e AMUNESC que destacaram-se em cinco anos de atuação, logo após encontra-se AMAI com quatro anos de participação.

Durante três anos tivemos a participação da AMNOROESTE, AMURES, AMMVI e AMREC; AMEOSC, AMFRI, AMUREL e AMESC participaram por dois anos, além da AMAUC, AMMOC, AMPLA e AMVALI que participaram somente um ano. Cabe salientar que a AMPLASC foi a única Coordenação Regional que não participou nestes nove anos de

atuação do FCPFVESIJ.

Porém, ao realizarmos a pesquisa com os Coordenadores Municipais, o maior número de participantes da pesquisa corresponde a região da AMAVI. Vale ressaltar que esta mesma região se destacou como segundo maior número de participações entre as Regionais, nos últimos nove anos de atuação do FCPFVESIJ.

A partir deste trabalho conseguimos conhecer a atual composição das Coordenações Municipais, que corresponde a um espaço com pouca participação, que ficou evidente através do resultado obtido pela pesquisa, ou seja, 67% possuem até 04 participantes. Percebemos também, que há participação da sociedade civil e do governo, sendo que a primeira destaca-se com um percentual de 77%. Além disso, 40% de seus participantes possuem como grau de instrução o nível superior completo. Em sua maioria não realizam capacitações, porém, percebem como primordial para atuar frente ao fenômeno.

Para desenvolver as Campanhas Oficiais do FCPFVESIJ, as ações utilizadas em sua maioria pelas Coordenações Municipais, se dão por intermédio de panfletagem, ou seja, 31%. Porém, não ficam detidas somente nesta atividade, outras formas de divulgação do fenômeno são utilizadas, conforme percebemos através da pesquisa com um índice de 27% a divulgação na mídia é outra forma empregada para dar visibilidade à temática.

Tivemos a oportunidade de conhecer a dinâmica de funcionamento das Coordenações Municipais, são realizadas poucas reuniões, inclusive em alguns municípios não há realizações de reuniões; sua infra-estrutura é em sua maioria cedida por organizações governamentais, alcançando um índice de 44%, porém, a diferença para aqueles que não possuem sede é pouca, ficando em 39%, o que pode vir a dificultar a realização dos trabalhos. As Coordenações Municipais possuem diversas entidades parceiras, dentre elas as que mais se destacaram foram os órgãos governamentais, com 52%. Cabe salientar que muitas Coordenações Municipais foram implantadas quase uma década depois da implantação do FCPFVESIJ, além disso, muitos até desconhecem a data de sua fundação.

Identificamos através da pesquisa que há articulação entre as Coordenações (Geral, Regional e Municipal), e isto se dá de diversas maneiras, porém, cabe destacar que a articulação entre a Coordenação Geral com a Municipal se dá através da internet, e entre a Coordenação Regional e Municipal se dá através de reuniões.

Avaliamos também a atuação das Coordenações Municipais frente ao Regimento Interno do FCPFVESIJ, onde podemos observar que alguns de seus artigos estão sendo cumpridos merecendo destaque os referentes: a conscientização de todos sobre a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes; a realização de campanhas através da mídia; os

seminários estaduais e regionais servem para capacitação; há participação de pessoas físicas e organizações governamentais e não-governamentais; o FCPFVESIJ é composto por uma Coordenação Geral e 21 Coordenações Regionais.

Porém, cabe salientar que alguns artigos não estão sendo cumpridos, dentre outros salientamos, a atual inexistência do jornal bimestral para informações e articulações; as reuniões não estão sendo realizadas trimestralmente; as Coordenações Municipais não estão constituídas em todos os municípios do Estado. Cabe destacar que focamos a análise somente naqueles artigos relacionados com a pesquisa, sendo que, os demais caberiam a um outro recorte de objeto.

Diante do exposto, acreditando que este trabalho deva ultrapassar os limites da academia, e servir como contribuição para um processo reflexivo e de mudanças para o FCPFVESIJ, apontamos algumas proposições, dentre estas destacamos:

- O FCPFVESIJ deve ter um processo de articulação contínuo e sistemático de planejamento, avaliação e um cronograma de ações, construídos no coletivo;
- O mapeamento das atividades do FCPFVESIJ apresentado neste trabalho apontou algumas lacunas, verificadas através de ações fragmentadas e pontuais do FCPFVESIJ pelo Estado, que merecem ser estudadas e repensadas pelas Coordenações Estadual, Regionais e Municipais;
- Que o resultado obtido neste estudo sirva para fomentar a participação em todos os municípios, e também como um diagnóstico inicial para estimular ações do FCPFVESIJ;
- Que este trabalho seja capaz de instigar outros trabalhos com diferentes recortes de objeto.

Cabe salientar que o Fórum Catarinense trata-se de um espaço teórico-prático novo, o que possibilitou abarcar novos conhecimentos e levantar novos questionamentos a respeito da participação como processo democrático em construção, e trazer novas possibilidades de combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil.

E por fim fica um grande desafio, pois, o FCPFVESIJ é um espaço em potencial para que os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam garantidos, porém este espaço defronta-se hoje com um chamado, o de articular e resgatar este espaço político-organizativo, para ampliar a participação.

## REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão Social no Brasil e Serviço Social. In: **Capacitação em serviço social e política pública**. Módulo 2. Brasília: CEAD, 1999. 75-86p.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC Livros Técnicos e Científicos, 1981.

Atual Dicionário Rideel. Ed. Rideel

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Iglu, 1989. 211p.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica - USP**. Telecurso LACRI – Laboratório de Estudos da Criança. São Paulo: LACRI, 2001. 131p.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica – USP**. Telecurso LACRI – Laboratório de Estudos da Criança. 8 A/B – Compartilhando a Luta o Papel dos Profissionais. São Paulo, 2001. 60p.

BOMBAZAR, Michele Euzébio. **Desvelando a Violência Doméstica: estudo sobre as famílias atendidas e os procedimentos adotados pelos profissionais da equipe de diagnóstico do programa sentinela do município de Florianópolis – SC**. 2006, Trabalho de Conclusão (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BRANDÃO, Assis. Sobre a democracia participativa: Poulantzas, Macpherson e Carole Pateman. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVIII, n. 54, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília: MJ, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, publicado em 16 de julho de 1990.

Centro de Referência da Assistência Social – CREAS. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas/protecao-social-especial/creas>. Acesso em: Fev. 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CECRIA). Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Disponível em: [http://www.cecria.org.br/pub/livro\\_fund\\_e\\_politicas\\_publicacoes.pdf](http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.pdf). Acesso em: set. 2007.



CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**: em perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahuar, 1985.

CLAUDINO, Cristiane S. **As conferências municipais dos direitos da criança e do adolescente e o potencial deliberativo do CMDCA em questão**: quer um conselho? 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

COHEN, Cláudio. **Comitê nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Florianópolis: FCPFVESIJ, 2005. (material digitado)

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de Leis**. Da Ordem Social Constituição Federal de 1988. 2 ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coletânea de Leis**. Regulamentação da Profissão de Assistente Social, Lei nº. 8.662 de 07 de junho de 1993. 2 ed. Florianópolis: CRESS, 2002

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Disponível em: [http://fundabrinq.org.br/portal/alias\\_abrinq/lang\\_pt-BR/tadid\\_188/default.aspx](http://fundabrinq.org.br/portal/alias_abrinq/lang_pt-BR/tadid_188/default.aspx) . Acesso em set. 2007.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**. Florianópolis, nº. 5, p. 137-161: Cidade Futura, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 279-301p.

FALEIROS, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.cecra.org.br/PUB/LIVRO\\_REPENSAANDO\\_OS\\_CONCEITOS\\_EVA\\_PUBLICACOES.PDF](http://www.cecra.org.br/PUB/LIVRO_REPENSAANDO_OS_CONCEITOS_EVA_PUBLICACOES.PDF). Acesso em: ago. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paulo; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. 95p.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social. **Protocolo de atenção às vítimas de violência sexual no município de Florianópolis**. Florianópolis:SMSDS, 1999. 8p.

GARCIA, Margarita Bosh. O Protagonismo da sociedade civil. In: CABRAL, Edson Araújo (Org.). **Sistema de garantia de direitos: um caminho para proteção integral**. 1 ed. Recife: 1999. 93-110 p.

GOOGLE. Adolescência. Disponível em: [http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&defl=pt&q=define:Adolesc%C3%AAncia&sa=X&oi=glossary\\_definition&ct=titl](http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&lr=lang_pt&defl=pt&q=define:Adolesc%C3%AAncia&sa=X&oi=glossary_definition&ct=titl). Acesso em agos 2007

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortes, 2001.

\_\_\_\_\_. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004 - Disponível em: [http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XIII\\_2/artigos%2013.2%20PDF/revista%2013.2%20artigo%202.pdf](http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XIII_2/artigos%2013.2%20PDF/revista%2013.2%20artigo%202.pdf). Acesso em Set. 2007

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Sociedade Civil no Brasil nas últimas décadas. In CARVALHO, D. B. B. et al. **Novos Paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB. Departamento de Serviço Social, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Módulo 1. **Capacitação em serviço social e políticas sociais: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CFESS – ABEPSS – CEAD – UnB, 1999. 111-128p.

KIDDER, Louise H. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 4 ed. São Paulo, EPU, 1987. 15-49p.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A intervenção profissional do serviço social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas**. In: ENPESS, 9, Porto Alegre, 2004. **Anais...** Porto Alegre: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2004. Eixo temático 2.10. Processos sócio-assistenciais.

LUCIANETTI, Vera Lúcia Machado. **A importância do envolvimento na proteção e prevenção à violência sexual**. 2004. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MELLO, Leonel Itaussú. John Lock e o individualismo. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. v. 1. São Paulo: Ática. 79-89 p.

MELO, Ana Inês Simões Cardoso; ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. Interdisciplinaridade: possibilidade e desafios para o trabalho profissional. In: Módulo 4. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Mod. 4. Brasília: CEAD, 1999. 227-239p.

MINICUCCI, Agostinho. **Técnicas de trabalho de grupo**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1992. 19-53p.

MULLER, Verônica Regina. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 151p.

NEPOMUCENO, Valéria. A violência e a exploração sexual vidas marcadas. In: CABRAL, Edson Araújo (Org). **Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral**. 1 ed. Recife: 1999. 355-370p

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004. 263p.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROJETO RENASCE BRASIL. Democracia. Disponível em: [http://www.renascebrasil.com.br/f\\_democracia2.htm](http://www.renascebrasil.com.br/f_democracia2.htm) Acesso em: set 2007

Regimento Interno do FCPFVESIJ, aprovado em 16/12/2005

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**: curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. Florianópolis: MJ, 1999. 63p.

SEXUALIDADE & VIDA. Voyeurismo. Disponível em> <http://www.sexualidadeevida.com.br/voyeurismo.ph> - Acesso em: ago. 2007

SILVA, Anamaria Santana da; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins**: contribuição para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. 1 ed. Brasília: OIT, 2005. 173p.

SILVA, Luiz A. Palm e; STANISCI, Silvia Andrade (Org.). **Para combater a violência**: o papel da família e da assistência social na ação junto a crianças e adolescentes. São Paulo, FUNDAP, 2000. 63p.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Um novo fazer profissional. In: Módulo 4 **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CEFESS/ABEPSS/ CEAD/NED – UnB, 2000. 113-124p.

SILVA, Sabrina Suzin da. **Fórum catarinense pelo fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil de Florianópolis**: possibilidades e limites. 2005. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Identidade em construção**: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume, 2003.

WIKIPÉDIA. Prostituição. Disponível em> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Prostitui%C3%A7%C3%A3o> – Acesso em: agos 2007

\_\_\_\_\_. Violência. Disponível em: <http://wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia> – Acesso em: agos 2007

YAZBECK, Maria Carmelita. O serviço social como especialização do trabalho coletivo. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação a Distância. (Org.) **Capacitação em serviço social e políticas sociais**. Módulo II: Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. 1 ed. Brasília, 1999. 87-99p.

**APÊNDICE****APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES MUNICIPAIS DO FCPFVESIJ**

1) Qual a data de fundação desta Coordenação?

R:

2) Quantas pessoas participam da Coordenação Municipal? (média)

00 à 04

05 à 10

11 à 30

31 à 40

outros. Qual? \_\_\_\_\_

3) Quantas pessoas da sociedade civil participam da Coordenação Municipal? (média)

00 à 04

05 à 10

11 à 30

31 à 40

outros. Qual? \_\_\_\_\_

4) Quantas pessoas do Estado participam da Coordenação Municipal? (média)

00 à 04

05 à 10

11 à 30

31 à 40

outros. Qual? \_\_\_\_\_

5) Qual o grau de instrução dos participantes?

ensino fundamental incompleto

ensino fundamental completo

ensino médio incompleto

- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

6) São realizadas reuniões? Qual a periodicidade?

- 01 vez por semana
- 02 vezes ao mês (quinzenalmente)
- 01 vez por mês
- não são realizadas reuniões
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

7) Qual a infra-estrutura?

- sala cedida ou alugada por Organização Governamental
- sala cedida ou alugada por Organização Não-Governamental
- sede própria
- sem sede própria
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

8) Quais as entidades parceiras da Coordenação Municipal?

- órgãos governamentais. Qual? \_\_\_\_\_
- órgãos não-governamentais. Qual? \_\_\_\_\_
- instituições privadas. Qual? \_\_\_\_\_
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

9) Como se dá a articulação com as Coordenações Regionais?

- não há articulação
- através das reuniões
- seminários
- internet
- telefone
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

10) Como se dá a articulação com a Coordenação Geral?

- não há articulação
- através das reuniões
- seminários
- internet
- telefone
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

11) As campanhas do Dia Nacional (18/05), e do Dia Estadual (24/09) são realizadas de que maneira?

- seminários e palestras
- passeatas/carreatas
- panfletagem
- divulgação na mídia (televisiva, escrita ou de radiofusão)
- reuniões
- não são realizadas as campanhas
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

12) Que outras atividades são realizadas além das campanhas oficiais?

- seminários e palestras
- passeatas/carreatas
- panfletagem
- divulgação na mídia (televisiva, escrita ou de radiofusão)
- reuniões
- não são realizadas
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

13) Existe a capacitação dos participantes desta Coordenação, e qual a periodicidade?

- 02 vezes ao mês (quinzenalmente)
- 01 vez por mês
- 01 vez por ano
- não são realizadas capacitação
- outros. Qual? \_\_\_\_\_

14) Como você percebe a necessidade do participante estar capacitado e/ou preparado para atuar frente a questão da violência e exploração sexual infanto-juvenil?

R:

**ANEXOS**



ANEXO A – REGIMENTO INTERNO DO FCPFVESIJ

ANEXO B – RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DE CADA  
ASSOCIAÇÃO

<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.
AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe	Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Timbó Grande, Videira.
AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina.
AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí	Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuía, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum.
AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense	Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Tunápolis.
AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios	Bom Jesus do Oeste, Caíbi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Tigrinhos.
AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense	Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo.
AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí	Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras, Porto Belo.
AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense	Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tilhas, Vargem Bonita.
AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí	Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.
AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Nordeste Catarinense	Campo Erê, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, São Lourenço do Oeste, Coronel Martins, Galvão.
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina	Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.
AMPLA – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense	Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva.
AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense	Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem, Zortéa.

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera	Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso, Urussanga.
AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina	Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul.
AMURC – Associação dos Municípios da Região do Contestado	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Três Barras.
AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna	Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão.
AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana	Anita Garibaldi, Bocaína do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema.
AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu	Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder.
GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.	Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas.